

WILLIAN PEIXOTO NUNES

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DA
BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA POR ESTUDIOSOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO
FÍSICA DISCUTINDO ALGUMAS DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS A
PARTIR DA RESOLUÇÃO 03/87**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Graduação em Educação
Física, do Departamento de Educação Física,
Setor de Ciências Biológicas, da Universidade
Federal do Paraná.

PROFª DRª NÁDIA GAYOFATTO GONÇALVES

**MELHOR QUE CHEGAR ATÉ AQUI É
OLHAR PARA TRÁS E VER QUE TUDO
VALEU A PENA.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, que me deu a oportunidade de estar aqui me proporcionando grandes experiências, aos MEUS AMIGOS que me ajudaram nessa caminhada mesmo nos momentos mais difíceis, a MINHA FAMÍLIA que me apoiou incondicionalmente, me dando todo suporte para continuar mesmo estando longe de casa e principalmente a mulher da minha vida, TATIANA, que me fez ver o mundo de maneira diferente e me mostrou a verdadeira felicidade, me fazendo querer progredir mais e mais, buscando um futuro melhor.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2.A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTEXTO, PROBLEMAS E PROPOSTAS.....	3
2.1.APRESENTAÇÃO DO MATERIAL.....	3
2.2.CONTEXTO SOCIAL.....	6
2.3.A UNIVERSIDADE.....	9
2.4.A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	12
2.5.A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DIAS DE HOJE.....	20
2.6.O PERFIL PROFISSIONAL.....	23
2.7.PROBLEMAS DA FORMAÇÃO.....	24
2.8.PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO.....	29
3. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXOS.....	35

RESUMO

Este trabalho discute a formação profissional em Educação Física através da literatura publicada em revistas especializadas e documentos que regulam o processo formativo. O referencial teórico produzido sobre a temática em questão é ainda muito restrito, não possibilitando uma visão melhor estruturada. São abordados problemas e propostas expostos por estudiosos da área presentes na literatura. A pesquisa tem como objetivo verificar as transformações ocorridas no processo de formação, como a divisão em licenciatura e bacharelado, a flexibilização dos currículos, a divisão do conteúdo programático por áreas do conhecimentos, tiveram ou estão tendo resultados satisfatórios, de acordo com a opinião dos autores que discutem o tema. Como resultado desse trabalho, foi verificado que algumas mudanças como a reestruturação curricular e a divisão em licenciatura e bacharelado não surtiram o efeito esperado por aqueles que edificaram os documentos de regulação da área, como a Resolução 03/87 e o Parecer 0138/02, devido, talvez, a uma interpretação errônea ou distorcida desses documentos.

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a formação do profissional de Educação Física (EF), principalmente nas universidades. Algumas perguntas permanecem sem resposta ou são parcialmente respondidas, como: Qual o objeto de estudo da Educação Física? O currículo está atendendo às necessidades da sociedade, que está cada vez mais exigente e consciente do serviço que quer receber? As condições nas universidades propiciam uma boa formação para os graduandos? Qual a área de atuação da educação Física?

Nesse trabalho será feita uma análise da produção acadêmica, que tratou desse assunto, para um melhor entendimento da atual situação de descrédito da profissão, tanto pela sociedade como pela própria comunidade acadêmica e da perda de espaço no mercado de trabalho para pessoas sem formação na área.

De acordo com TANI (citado por FRANCHINI, 1997), os profissionais de EF disputam o mercado de trabalho com pessoas sem a devida habilitação profissional específica, mesmo porque dentro do contexto de atuação como simples executor torna-se difícil diferenciar entre uma pessoa preparada profissionalmente em EF e um leigo interessado no assunto e experiente. Esse fato ocorre devido à falta de fundamentação teórica da EF, que necessita criar um conhecimento próprio, e não apenas se utilizar dos conhecimentos produzidos em outras áreas.

Esta pesquisa está restrita ao processo de formação e às mudanças ocorridas a partir da Resolução 03/87, elaborada pelo Conselho Nacional de Ensino (CNE), que promoveu a divisão do curso em licenciatura e bacharelado, propôs uma flexibilização dos currículos e estipulou a duração do curso em quatro anos e dividiu o conteúdo programático por áreas de conhecimento.

Será analisado o processo de formação dos profissionais de EF nas universidades que possuem o curso tentando responder ao seguinte problema: o processo de formação dos profissionais de Educação Física tem passado por várias transformações como a divisão entre licenciatura e bacharelado, as mudanças na estrutura curricular, reduzindo o número de disciplinas obrigatórias, promovendo uma flexibilidade maior nos mesmos, e algumas delas são abordadas pela literatura. Dessa maneira a pergunta que vai direcionar o desenvolvimento da pesquisa é: essas mudanças tiveram ou estão tendo resultados satisfatórios, segundo os autores que discutem o tema? Para tal será utilizada a bibliografia sobre o tema, a fim de se

observar as transformações ocorridas a partir da Resolução 03/87 e se as mesmas foram adequadas às necessidades da sociedade, principalmente das pessoas que utilizam os serviços prestados pelos profissionais de EF.

Para se chegar a esse objetivo é preciso conhecer o processo de formação dos profissionais de EF nas instituições de ensino superior, bem como discutir as possíveis falhas apontadas pelos autores que abordam o tema e, a partir disso, analisar as propostas de mudanças expostas por eles, quanto à sua viabilidade.

Assim, este estudo pode contribuir para uma melhor compreensão do processo de formação do professor de EF nas universidades, e ajudar a identificar possíveis falhas. Compreendendo melhor o processo formativo, pode-se buscar por meio de discussões sobre alguns temas como o objeto de estudo e a área de atuação. Para se chegar a um objetivo final de acordo com a necessidade de cada instituição ou indivíduo, pode-se trabalhar para um preparo mais eficiente do profissional, de acordo com TOJAL (2000), ao afirmar que os profissionais criativos, competentes, comprometidos com o processo de aprendizado e atualização constante, desde que bem preparados quanto ao conhecimento genérico básico com sua área de atuação, terão sempre espaço e reconhecimento no mundo do trabalho, dessa forma habilitando o profissional a prestar um serviço de qualidade, e conseqüentemente auxiliar sua valorização no mercado de trabalho.

Algumas hipóteses foram estabelecidas inicialmente:

- Há a existência de deficiências na formação dos profissionais de EF nas instituições de ensino superior, que estariam ocasionando a atual situação de desvalorização desses profissionais.
- Essas deficiências ocorrem por parte das Instituições e/ou dos próprios graduandos, que podem não estar demonstrando interesse em ter uma formação melhor.
- O processo de formação não acompanhou os avanços tanto da Educação como da sociedade, uma vez que com a globalização, os usuários dos serviços prestados pelos profissionais de EF, passaram a ter acesso facilitado às informações mais relevantes sobre o papel destes profissionais.

Assim, o presente trabalho analisa, através de pesquisa bibliográfica, a preparação do profissional de EF nas instituições de ensino superior. O material de pesquisa compõe-se de artigos publicados em revistas especializadas e documentos

relativos ao currículo dos cursos de EF, como as Resoluções 03/87 e 7/04 e os Pareceres 776/97, 583/01 e 0138/02.

Os critérios para a escolha do material são a literatura especializada e os documentos diretamente relacionados ao processo de formação. Baseado nos conceitos e opiniões de autores da área de EF, a fim de analisar e verificar aquilo que poderia ser considerado como uma possível deficiência e também as soluções e encaminhamentos propostos. O material está organizado em três tópicos:

- O processo formativo dos profissionais de EF, abordando temas como a definição do perfil profissional, o objeto de estudo, o currículo e a caracterização da área de conhecimento.
- As formas de transmissão do conteúdo curricular ao graduando, analisando a relação do aluno com os professores e com o próprio curso.
- As soluções e os encaminhamentos que foram propostos pelos autores, discutindo sua aplicabilidade.

2. A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTEXTO, PROBLEMAS E PROPOSTAS.

2.1. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Foram selecionados artigos publicados em revistas especializadas da área da Educação Física que abordam o processo formativo, tratando de temas como a definição do campo de atuação do profissional de Educação Física; a questão da divisão entre licenciatura e bacharelado; o conteúdo que deve ser ministrado, dividido em áreas do conhecimento de acordo com a opção de curso escolhida; a participação dos docentes e discentes no processo de aquisição do conhecimento; e a atual conjuntura social e educacional do país.

Foram selecionados os seguintes trabalhos, como base para a discussão que segue:

- **Preparação profissional em Educação Física e Esporte: Propostas dos Cursos de Graduação**, cujo objetivo é conhecer, através da análise dos currículos, como as Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo estão

desenvolvendo seus cursos de Graduação em Educação Física, após a Resolução 03/87.

- **Preparação profissional em Educação Física e Esporte: passado, presente e futuro**, que aborda a preparação profissional em educação física, em especial, na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

- **As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação profissional em Educação Física**, que discute alguns aspectos do Parecer 0138/02, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física, verificando suas implicações para a formação profissional na área.

- **Formação do professor de Educação Física: para a escola e/ou para fora dela**, que aborda as questões específicas em relação a um contexto mais amplo da formação em educação física, considerando-a como integrante de uma política educacional, delineada em torno de princípios e processos políticos, sociais e econômicos.

- **Educação Física: Uma profissão de futuro**, que trata do processo de formação em educação física baseado nas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas.

- **Perspectivas e tendências da atuação profissional em Educação Física**, cujo objetivo é verificar através de uma revisão de literatura, quais são as principais perspectivas e tendências da atuação profissional em educação física, tendo como tópicos centrais: o nome apropriado para designar a área, a percepção que a sociedade tem sobre as atividades dos profissionais de educação física, a preparação do profissional, a relação entre profissão e o conhecimento que lhe dá fundamentação e a relação da profissão com a Universidade.

- **Globalização e conhecimento científico na Educação Física**, que aborda os processos de globalização e produção de conhecimento no campo da educação física e das ciências dos esportes.

- **Formação profissional em Educação Física**, que trata de como os postulados neoliberais veiculados através das políticas sociais e públicas do governo Fernando Henrique Cardoso e legitimados pelo sistema CONFEF/CREF interferem na formação de professores de Educação Física.

- **Formação profissional em educação física e esporte no Brasil: propostas de mudança**, que aborda a formação inicial e continuada em educação física e esporte, observando as mudanças ocorridas nos últimos anos.
- **Avaliação do Ensino Superior – O caso da Educação Física**, que trata da avaliação da formação profissional em educação física.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Educação Física: projeto de fôlego ou orientações temporárias?** Que debate algumas propostas das diretrizes curriculares nacionais como a conceituação e aplicabilidade da licenciatura e do bacharelado em Educação Física, bem como os impactos sofridos pela conjuntura atual a partir do Parecer 0138/02.
- **Educação Física: uma abordagem curricular na formação de profissionais**, que aborda a importância dos currículos na formação dos profissionais de educação física.
- **Educação Física e Esporte no Brasil: perspectivas de formação e intervenção profissional**, que analisa, a partir da literatura especializada, as tendências para a formação e intervenção profissional identificadas nos currículos dos cursos de graduação em educação Física.
- **Dimensões profissionais e acadêmicas da Educação Física no Brasil: uma síntese das discussões**, que procura, a partir de uma revisão de literatura, mapear as discussões sobre essas dimensões ao longo dos últimos 15 anos.
- **Formação profissional em Educação Física: a relação teoria e prática**, que discute a relação entre teoria e prática na formação profissional em Educação Física.

Também foram utilizados alguns documentos que regulamentam o processo de formação em Educação Física, como a Resolução 03/87 que promoveu a flexibilização dos currículos, bem como sua divisão em áreas do conhecimento, a criação do curso de bacharelado e a estipulação do tempo de duração do curso de graduação. O Parecer 776/97 que determina as diretrizes curriculares para os cursos de formação em Educação Física, o Parecer 0138/02 que determina o perfil do profissional e a área de intervenção, e por fim a Resolução 07/04, que complementa o Parecer 0138/02, trazendo poucas mudanças em relação a ele.

2.2.CONTEXTO SOCIAL

Vivemos uma época marcada pelo fenômeno da Globalização, um processo histórico-social de proporções enormes que atinge todas as áreas sociais tanto do indivíduo como do coletivo. Segundo LOVISOLO (1998), pode-se defini-la por uma ampliação e intensificação das interdependências que tanto supõe quanto produz uma redução das barreiras naturais e das muralhas políticas e culturais que separam países e regiões. A intensificação das interdependências significa que nosso cotidiano é crescentemente afetado pelas ações dos outros e também recíproca. O sistema de influências, cujo mediador são os processos de comunicações, acelera-se e intensifica-se. Somos assim, afetados mais rápido, e talvez mais intensamente, pelo agir dos outros.

A quebra das fronteiras políticas, sociais e culturais têm causado mudanças profundas nos países periféricos, que dependem financeiramente das grandes potências econômicas mundiais, e são constantemente subjugados às nações mais poderosas, que impõe o seu estilo de vida, sua cultura e sua política econômica. De acordo com LOVISOLO (1998), ao relatar que a redução das muralhas significa que as resoluções políticas dos estados nacionais e as diferenças culturais, de nações, ou étnicas, que criavam reservas e proteção perdem consistência e eficácia, sendo reduzidas, abandonadas ou, de modo bem mais interessante, usadas para produzir a intensificação das interdependências. Caracterizando a manipulação de pessoas e informações, buscando controlar aqueles considerados mais fracos, seja economicamente, seja culturalmente.

Vive-se, no Brasil e em grande parte dos países do mundo, a era neoliberal em que predomina uma forma de estruturação social que apenas tem consolidado a dominação e exploração de poucos sobre muitos. De acordo com MANCE (1999), o capitalismo, em sua atual etapa de globalização, em seus aspectos econômicos, políticos, informativo-educacionais e éticos, restringe cada vez mais o exercício das liberdades públicas e privadas da maioria da população mundial em benefício da liberdade privada dos que dispõem de capital. Cada vez mais esta maneira de entender as relações humanas se difunde, produzindo uma sociedade de corpos subservientes à lógica de um sistema que massacra as diferenças e ao mesmo tempo produz mais diferenças. Para o sistema é preciso vencer, e para vencer é necessário se portar de maneira a se preocupar muito pouco.

O capitalismo atual caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, à dispersão do trabalho e à destruição dos referenciais culturais que caracterizam a identidade da sociedade. Conforme MANCE (1998), esse quadro de mudanças provocou o drama do desemprego e do emprego precário por toda parte, uma vez que tais movimentos de transformação produtiva ocorrem em função do lucro - e não da redução da jornada de trabalho com distribuição de renda, da manutenção do emprego ou da cidadania - provocando, por um lado, a concentração da renda e, por outro, o aumento da pobreza e da exclusão social.

Na medida que a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais cuja existência se reduz à própria informação, a conhecida especulação.

A sociedade aparece como massa de manobra, que é controlada através dos meios de comunicação, que lhe diz o que fazer, como fazer, e por que fazer. Segundo MANCE (1998), a tendência dos regimes políticos tornarem-se mais globalitários, esvaziando-se a democracia de seu caráter de assegurar a liberdade pública reduzindo-a aos ritos eleitorais com escolhas orientadas pelas mídias, à adoção legislativa de políticas que favorecem os grandes grupos econômicos transnacionais, à implementação executiva da modernização conservadora e ao exercício judiciário de assegurar a legalidade da imposição da nova ordem e, em casos extremos, como vem ocorrendo no Brasil, assegurar o repasse do patrimônio público aos grupos privados, manifestando-se favoravelmente à legalidade de processos de privatização e concorrências entre outros.

Teoricamente a globalização deveria promover a interação entre os povos, acelerando o acesso às informações e aos avanços tecnológicos e promovendo um desenvolvimento maior tanto do indivíduo como da coletividade, porém não é isso que acontece. Conforme MANCE (1998), o capitalismo, em sua atual etapa de globalização, em seus aspectos econômicos, políticos, informativo-educacionais e éticos, restringe cada vez mais o exercício das liberdades públicas e privadas da maioria da população mundial em benefício da liberdade privada dos que dispõem de capital. Percebe-se que as grandes nações estão num processo predatório, em que dominam as nações menores com suas imposições políticas e econômicas em troca de auxílio financeiro, facilitando assim a consolidação do sistema econômico

vigente, ou seja, o capitalismo, cujo objetivo visa à quantidade em detrimento da qualidade.

O processo de seleção e organização do conhecimento pode ser utilizado para atender a um sistema político-econômico vigente de acordo com o contexto de época no que se refere a hábitos, conflitos sociais e culturais, necessidades de legitimação e controle, entre outros. As políticas educacionais brasileiras, nos últimos 20 anos, acompanham, desta forma, o movimento das teses neoliberais, no sentido do enxugamento da folha de pagamento do Estado, da desobrigação deste último em financiar uma educação de qualidade, mas ao mesmo tempo edificando leis e diretrizes para a formação de um homem capacitado à integração dentro do modelo da economia globalizada. O capital lança mão de todas as formas sociais de intervenção para o controle da profunda crise na qual está mergulhado. O trabalho se submete ao capital, a reorganização da base técnica do trabalho traz para a educação a incumbência de formar competências do trabalhador. Nesse ponto, capacidades tais como facilidade de trabalho em equipe, comunicabilidade, resolução de problemas, decisão, criatividade, responsabilidade pessoal sob a produção, conhecimentos gerais e técnicos, entre outros, tornam-se norteadores do processo educativo para o mundo do trabalho. Mesmo sendo notório que empresas que migram para países periféricos não produzem tecnologia de ponta nestes últimos e vêm na perspectiva de se desobrigar dos encargos trabalhistas bem como dos impostos e do repasse de parte dos lucros para o Estado, a expectativa da possibilidade deste capital produtivo trouxe também a necessidade de nova qualificação dos recursos humanos.

Com base em um contexto sócio-cultural e econômico excludente e desfavorável do ponto de vista nacional e de acordo com a atual conjuntura internacional, em especial pela presença de um Estado subalternizado e depende das políticas externas (BM, FMI, BID), constata-se a implementação de políticas de formação de recursos humanos direcionadas para atender melhor às determinações impostas pelo modelo econômico capitalista no processo de globalização mundial, do que aos interesses nacionais em seu todo. (DAVID, 2003, p.18.)

Assim sendo, a estrutura educacional brasileira sofreu alterações no modelo de qualificação para o mundo do trabalho, mas de forma coordenada pelos países ligados ao capital internacionalizado onde, para além das iniciativas de grupos empresariais na educação, recebeu um direcionamento direto das políticas do BIRD

e FMI, via ajustes estruturais governamentais (reformas, privatizações), para ajustar a formação humana para essa perspectiva.

Devido a esse pensamento, várias mudanças foram e estão sendo realizadas na educação brasileira, como os currículos e a diminuição do tempo de formação, dentre outras, sempre visando atender às exigências daqueles que detêm o poder, tanto político como econômico. O que se tem hoje é a educação pautada no pressuposto de que os alunos devem ser tratados como indivíduos que precisam de uma preparação para as responsabilidades que a vida lhes reserva. Para isso é preciso estar obediente a todo e qualquer conhecimento jogado pelos mestres ou pelos livros, tudo faz parte da grande preparação, inclusive a passividade.

2.3. A UNIVERSIDADE

A universidade sofreu muitas modificações em sua estrutura, como a falta de apoio financeiro por parte do Estado e o abandono do seu compromisso social, que é elaborar projetos que possam promover melhorias para a sociedade na qual se encontra inserida. De acordo com MORAIS (1992), a universidade tem a responsabilidade de produzir, disseminar e renovar o conhecimento, assim como, pela sua própria condição acadêmica, científica e filosófica, preparar profissionais com um entendimento aprofundado do seu campo de intervenção e suas interseções com outras áreas, com um discernimento apurado, cientes de seu compromisso social, capazes de se anteciparem às mudanças, enfim, sabendo prosseguir com desenvoltura sua evolução permanente.

Essa seria a verdadeira função da universidade, porém no contexto atual, a universidade brasileira se encontra diante das diversas intervenções das políticas neoliberais impostas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que se concretizam na implementação das políticas de ajustes estruturais definidas como estratégias do processo de reestruturação dos países em desenvolvimento, como interesse do capital financeiro especulativo. Destaca-se também dentro desta política a questão da “flexibilização”, que se faz presente nos contratos temporários, na adaptação dos currículos às empresas locais, na separação entre a docência e a pesquisa (sendo que a primeira acontece nas universidades e a segunda nos centros autônomos) e por último, na simplificação

das licitações e da prestação de contas. A Universidade deixa de atender aos direitos sociais adquiridos pelos cidadãos e passa a atender à cultura do universo econômico, de mercado.

O desenvolvimento científico-tecnológico mundial, as novas necessidades mercadológicas, as Diretrizes, Bacharelado, a Avaliação das Condições de Ensino realizadas pelo MEC/INEP, vêm levando as instituições universitárias no Brasil a um processo de revisão de seus conteúdos, metodologias e, fundamentalmente, de sua política de atuação. (SANTOS SILVA, 2002. p.4.)

A Universidade tem sido foco de intervenções políticas neoliberais impostas pelo Banco Mundial e o FMI em troca de ajuda financeira, uma vez que a educação é um dos itens de avaliação para o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, quanto mais “produtiva” a educação, melhor será o IDH e conseqüentemente a ajuda financeira será maior. A educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço, passando de serviço público a serviço que pode ser privado ou privatizado.

A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social, ou seja, antes ela caracterizava-se por uma prática social determinada pelo seu processo de formação para obtenção de soluções para os problemas sociais, buscando o desenvolvimento social, sendo feita através de projetos, visando uma melhoria da qualidade de vida da sociedade, em que a qualidade importava mais que a quantidade, agora, a universidade direciona seus projetos e programas para grandes empresas em troca de incentivos financeiros, desobrigando o Estado de cumprir o seu papel de financiar o ensino superior oferecendo aos cidadãos uma universidade de qualidade.

Esta perspectiva é discutida por DAVID (2003), segundo quem ela refere-se à redefinição do papel do Estado no ensino público superior, e percebe-se nas políticas governamentais federais a tentativa constante de ampliar a participação da iniciativa privada no ensino superior. Para o BM, o governo deve afastar-se cada vez mais do gerenciamento da educação pública, e também garantir a autonomia das instituições de ensino superior (IES) para que possam alocar e gerenciar recursos financeiros obtidos com a iniciativa privada e fundos constituídos pelas estatais e incentivos e fundos externos.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, programada para ser flexível, a universidade está estruturada por estratégias e

programas de eficácia organizacional. O aumento do número de horas-aula, a diminuição do tempo para formação, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios. A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes e mecanismo de educação depositária, na qual o professor se limita a repetir o conteúdo de um livro ou material similar, sem questionar sua veracidade ou aplicabilidade em nossa realidade, enquanto os alunos, por sua vez, não se propõem a discutir esse conteúdo, agindo em conformidade com os ideais das pessoas que detêm o poder. Limita-se assim a qualidade das universidades ao atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social, tendo como critério quanto ela produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que foi produzido. A ideologia da qualidade passa ser a quantidade do que foi produzido a tempo para a demanda restrita do mercado. Segundo LUCENA (2002), ela passa de formadora à informadora do conhecimento, formando, por sua vez, indivíduos capazes de reproduzir o status quo, ficando abandonadas as possibilidades de buscar soluções, intervir, criar e agir coletivamente.

O recrutamento de professores é feito através de concursos que avaliam superficialmente os candidatos sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre elas, ou então são contratados por serem pesquisadores promissores que se dedicam a algo muito especializado, como projetos para grandes empresas da área privada. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em alguns anos, pois se tornam, rapidamente, jovens obsoletos e descartáveis.

A avaliação do processo de formação só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada à idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, o custo e quantidade do que foi produzido, enquanto a pesquisa e a extensão foram reduzidas à captação de recursos para a universidade, desvinculadas da realidade social das classes populares, voltadas para os interesses das empresas privadas. Por estar privatizada, a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado impostas pelos financiadores, ou seja, a universidade pública produz um

conhecimento destinado à apropriação privada fazendo com que ela passe por uma modernização que a torna acrítica e pouco reflexiva.

2.4. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Com o atual processo de globalização, torna-se necessário ao profissional de Educação Física estar bem preparado para atender as necessidades que vêm surgindo devido a esse processo de globalização, uma vez que a informação circula de maneira muito mais rápida, através da TV e principalmente pela Internet. Atualmente as pessoas são constantemente bombardeadas com informações sobre produtos milagrosos para entrar em forma, bem como exercícios que modelam o corpo com o mínimo de esforço, cabendo ao profissional de Educação Física saber responder às várias perguntas que venham a surgir de forma convincente e esclarecedora, pois segundo STEINHILBER (2001), a sociedade espera dos egressos dos cursos de graduação, uma sólida formação teórica, histórica e qualitativa, além da aquisição de ampla formação cultural e plural, devendo possuir, também, capacidade analítica e visão crítica, demonstrando capacidade de comunicação, expressão e consciência de que o compromisso ético profissional e ético de responsabilidade social devem nortear o exercício da profissão, para um bom desempenho profissional.

A formação desse profissional tem que ser a melhor possível, precisa evoluir juntamente com a sociedade por meio da renovação curricular, de metodologias mais funcionais e de uma produção científica mais efetiva, a fim de responder às questões que possam surgir a respeito das práticas corporais.

O contexto atual em que se encontra tanto nossa sociedade como o profissional de Educação Física, é descrito por TOJAL (2000), a quantidade de informações, a velocidade das alterações e progressos tecnológicos, a difusão maciça, segura e constante do conhecimento têm levado a que a sociedade também passe a exigir profissionais melhor informados e adaptados às suas expectativas. Confirmando assim, a necessidade da atualização constante dos profissionais da área de Educação Física.

Portanto é preciso formar profissionais capazes de se adaptar às diferentes situações que venham a surgir decorrentes dessas constantes mudanças sociais,

pois esses profissionais devem estar em condições de exercer múltiplas funções. Segundo GHILARDI (1998), a universidade tem como uma de suas principais funções a formação de recursos humanos que vão possibilitar o atendimento às necessidades da sociedade em alguma área específica.

Observa-se a partir disso que o papel da universidade é fundamental, uma vez que é o local onde são forjados esses profissionais. Deve-se adequar a formação à realidade em que vive ou viverá o profissional, com conhecimentos que possam ser realmente utilizados em seu cotidiano. A universidade deve estar consciente das necessidades que estão surgindo no dia-a-dia, para então desenvolver estudos que possam vir atender satisfatoriamente essas necessidades. Fato esse, observado por FRANCHINI (1997), tendo claro que a atuação profissional envolve a resolução de problemas práticos com base nos conhecimentos aprendidos durante o período de formação e contínuo estudo e aperfeiçoamento, é preciso que exista maior interação entre aqueles que estão atuando no mercado de trabalho e aqueles que estão produzindo conhecimento.

A relação teoria-prática deve ser bastante estreita, buscando evitar uma defasagem entre o conhecimento produzido e responder prontamente aos questionamentos e problemas que venham a surgir na prática diária, para isso é necessária uma constante produção de conhecimentos que possam dar suporte às práticas no exercício da profissão. De acordo com FRANCHINI (1997), ao concluir que a atuação profissional envolve resolução de problemas práticos com base nos conhecimentos aprendidos durante o período de formação e contínuo estudo e aperfeiçoamento, é preciso que exista maior interação entre aqueles que estão atuando junto ao mercado de trabalho e aqueles que estão produzindo conhecimento.

As deficiências observadas pelos estudiosos da área, como a ambigüidade entre bacharelado e licenciatura citada por MANOEL & TANI (1999), a não atualização das formas de transmissão do conhecimento e o abandono por parte das instituições no que diz respeito ao estágio e a realização de laboratórios na prática didática, deixando de ser trabalhada parte substancial da realidade que o futuro profissional irá encontrar citada por PERES (2000) e a quantidade de habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos nos quatro anos de duração do curso citada por GHILARDI (1998), acabam causando assim o descrédito e desvalorização profissional e a invasão da área por pessoas de outras especialidades, diminuindo

assim as ofertas de emprego no mercado de trabalho para àqueles que são formados em Educação Física e as vagas que surgem possuem uma baixa remuneração. De acordo com TRICOLI (citado por FRANCHINI, 1997), ao afirmar que a falta de um corpo teórico faz com que muitos leigos interessados atuem na área de Educação Física, algumas vezes ultrapassando o número de pessoas formadas, fazendo com que o prestígio da Educação Física diminua ainda mais na hierarquia das profissões e levantando a questão se a fundamentação teórica é realmente necessária para atuar.

Um dos pontos discutidos pelos estudiosos da área é o currículo, que sofreu várias mudanças, como inclusão e exclusão de disciplinas, divisão entre bacharelado e licenciatura, aumento do número de horas e diminuição do tempo de formação universitária, gerando questionamentos sobre a validade e aplicabilidade dessas mudanças.

[...] apesar dos mais de 50 anos de história dos cursos de Educação Física no Brasil, a maioria deles ainda se estrutura na transmissão de informações dominadas, de exacerbado praticismo, resumindo-se no passar de receitas didático-pedagógicas prontas. Não há, portanto, a geração de um novo conhecimento, o que, por si só, inviabilizaria a formação desse profissional na universidade. (PERES, 2000, p.47.)

O currículo de graduação em Educação Física no Brasil tem tido suporte em conhecimentos que propõem uma formação profissional com características peculiares, pois cada área tem seu próprio conjunto de saberes e práticas que variam de região para região e que se consolidam no decorrer de sua participação dentro da sociedade ao longo da história. Tem havido naturalmente contribuições de variados campos de conhecimento, como o da teoria curricular, da educação, da política e da própria EF. Segundo GHILARDI (1998), deve haver uma interdisciplinariedade entre as matérias do currículo de graduação a ponto de levar o aluno a estabelecer correspondências entre as diversas disciplinas, sejam elas oriundas de conhecimentos básicos ou aplicados, a fim de proporcionar um conjunto de conhecimento amplo, completo, porém específico sobre o objeto de investigação da Educação Física. Partindo-se de ambas influências, compreende-se que um currículo está em constante reformulação, acompanhando o processo dinâmico e histórico da sociedade.

Baseado na Resolução 03/87, do Conselho Federal de Educação (CFE), de 16 de junho de 1987, que dentre outras medidas, eliminou o currículo mínimo

nacional, criticando a rigidez dos currículos vigentes e o excesso de disciplinas obrigatórias, propondo, em contrapartida, uma maior flexibilização na organização curricular a partir de uma sólida formação básica (ou geral) para o enfrentamento das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, estabeleceu a organização dos conteúdos dentro da concepção de currículos plenos, suprimiu os parâmetros de composição de grades curriculares por meio de disciplinas de conteúdos, passando-os para áreas de conhecimento, e também a criação do Bacharelado, que é criticado por alguns autores como CARMO (citado por MIYAGIMA, (1994), ao dizer que o bacharelado veio como uma pseudo-solução para camuflar o fracasso das licenciaturas, desviando as atenções para os setores privados, com uma forte tendência de educar o corpo de maneira fragmentada e que há um grande equívoco no título de bacharel a um professor de Educação Física, pois este título é caracterizado para linhas de pesquisa, que tem como objeto de estudo, elementos naturais (plantas, animais...), ou fragmentos do homem. Portanto o bacharelado vai contra o objetivo básico da Educação Física que é entender o homem como um todo e em todas as suas possibilidades, através de suas atividades motoras.

O fracasso da licenciatura citado acima é observado em GHILARDI (1998), quando diz que os cursos de licenciatura em Educação Física não ofereciam subsídios suficientes aos graduados para lecionar e compreender o processo de escolarização, muito menos as ferramentas necessárias para atuarem na Educação Física no 1º e 2º grau, valorizando a execução dos movimentos como um fim em si mesmo ao invés de buscar uma integração da educação pelo movimento com o processo de escolarização. A partir da Resolução 03/87 as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil que ofereciam curso de graduação em EF passaram a elaborar e/ou reformular seus próprios currículos, porém, segundo BARROS (1998), em pesquisa realizada nas instituições de ensino superior no estado de São Paulo, os currículos tiveram suas cargas horárias ampliadas, foram acrescentadas algumas disciplinas da área de humanas, nomenclaturas de disciplinas mais atualizadas, mas a estrutura permaneceu a mesma. Percebe-se que as instituições não se preocuparam em reformular sua grade curricular visando preparar seus alunos para a nova realidade social.

A partir da Resolução 03/87 as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil que ofereciam curso de graduação em EF passaram a elaborar e/ou reformular seus

próprios currículos, porém, segundo BARROS (1998), em pesquisa realizada nas instituições de ensino superior no estado de São Paulo, os currículos tiveram suas cargas horárias ampliadas, foram acrescentadas algumas disciplinas da área de humanas, nomenclaturas de disciplinas mais atualizadas, mas a estrutura permaneceu a mesma. Percebe-se que as instituições não se preocuparam em reformular sua grade curricular visando preparar seus alunos para a nova realidade social.

Segundo REPPOLD FILHO (2002), a espantosa expansão dos cursos de Educação Física ocorrida nos últimos anos parece indicar que a facilidade em abrir novos cursos decorrente da maior autonomia institucional e de uma legislação fraca, conduz a criação de cursos de baixa qualidade. Assim, essas mudanças causaram um aumento considerável no número de instituições oferecendo o curso de EF, mais de 300 em 2002, principalmente as privadas devido à primeira orientação do BM para a educação nos países periféricos, que fomenta a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas, porém com uma qualidade muito baixa, pois o objetivo é se enquadrar na lógica de mercado em que as determinações imediatistas, direcionando a formação profissional às atividades vinculadas às novas necessidades do sistema capitalista, uma vez que essas instituições integram o conjunto dos grandes grupos educacionais do país. Com isso todos os anos centenas de profissionais mal formados são jogados no mercado de trabalho, o que acaba levando a uma desvalorização da classe, uma vez que a procura por empregos é bem maior que a oferta de vagas.

As IES ganharam autonomia para oferecer a formação na área não escolar com implantação do curso de bacharelado, que foi criado para atender às novas exigências de mercado de trabalho. Segundo MANOEL & TANI (1999), a existência de um curso de Bacharelado pressupõe a existência de um corpo de conhecimentos produzido e sistematizado pela área, entretanto, isso não ocorre na EF, que ainda não tem definido seu objeto de investigação, de acordo com VIRTUOSO JUNIOR, ARAÚJO, SARTORI e NASCIMENTO (2003), ao afirmarem que a área não formal é bastante abrangente, fazendo com que o bacharel tenha dificuldades em atuar na diversidade da área não escolar. Daí a preocupação em garantir o mínimo de fundamentação no campo de conhecimento filosófico-social, assim o currículo passa a produzir dois diferentes níveis de regulação: estabelece e seleciona o conhecimento mais válido, ou seja, aquele que o profissional utilizará mais

freqüentemente no exercício de sua atividade, e, fundamentalmente, também estabelece como será a transmissão deste conhecimento, que regras e padrões o direcionarão.

O currículo sendo um meio de se transmitir um conhecimento relacionado a interesse, valores, concepções sociais de e de seu processo histórico constituído, acaba sendo reproduzido no decorrer deste processo histórico, embora com propósitos e significados diferenciados, mas como se houvesse somente essa forma de fazer currículo escrito.

A proposta de currículo por áreas de conhecimento, dando autonomia as IES para estabelecerem sua grade curricular de acordo com as peculiaridades regionais, ou seja, os currículos devem ser elaborados para atender às necessidades de cada sociedade, baseado nos costumes, hábitos e estilo de vida de cada região, uma vez que a expansão territorial do nosso país permite vários tipos de comportamento e culturas. Apesar do controle, pela carga horária pré-definida, fugiu-se do currículo mínimo, pois se pode reduzir o número de disciplinas obrigatórias e oferecer uma variedade maior de disciplinas optativas, facilitando o cumprimento da carga horária. Além disso, propôs-se o oferecimento da formação em licenciatura ou bacharelado, de acordo com o objetivo almejado pelo indivíduo, podendo atuar na área formal, dentro das instituições de ensino ou na área não formal.

Desta forma, algumas disciplinas foram excluídas e/ou fundidas e outras foram incluídas, mantendo a continuidade de ênfase no enfoque técnico-biológico e esportivo, por contribuição da própria carga horária exigida pela Resolução 03/87. Porém, não há uma interdisciplinaridade entre as matérias do currículo, o que leva o aluno a uma formação parcial, ou seja, ele aprende um pouco de cada disciplina e não consegue encontrar uma relação entre elas.

A estrutura curricular baseada na Resolução 03/87 para Cursos de Educação Física, apesar de sua pequena existência temporal, em relação ao currículo de outras áreas mais tradicionais como Medicina e Direito, constituiu avanço no que se refere à integralização, pois fixou o tempo de duração do curso em quatro anos de cursos de graduação, bem como às definições curriculares denominadas “Conhecimento Identificador da Área”, que é o conhecimento comum e necessário a qualquer campo definido de aplicação profissional, sendo estruturado por dois níveis de formação: formação básica e formação específica, e “Conhecimento do Tipo de Aprofundamento”, que compreende o conjunto de competências específicas para o

planejamento, execução, orientação e avaliação das ações do graduado em Educação Física, de acordo com o tipo de aprofundamento em um ou mais campos definidos de aplicação profissional (docência em educação básica, treinamento e condicionamento físico, atividades físico-esportivas de lazer, gestão e administração de empreendimentos de atividades físico-esportivas, aptidão física, saúde e qualidade de vida; além de outros possíveis campos emergentes). O processo de seleção e organização do conhecimento pode ser utilizado para atender a um sistema político-econômico vigente de acordo com o contexto de época no que se refere a rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e controle, e outras condições.

Tendo como base a resolução 03/87 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que fundamentaram o Parecer 0138/02, elaborado pela Comissão de Especialistas do MEC e aprovado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), criado em 1995 pela Lei nº 9131 tendo como uma de suas funções deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação para os cursos de graduação, altera alguns aspectos das Diretrizes Curriculares Nacionais como o perfil do profissional e as habilidades que devem ser desenvolvidas por ele reconhecendo as mudanças da década de 1990 e a necessidade de uma certa flexibilização que pudesse, ao mesmo tempo, criar bases sólidas de uma formação integral conjugada com uma perspectiva profissional de qualidade. Segundo o Parecer nº 0138/02, as diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as instituições de ensino superior. Dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A discussão sobre a formação do licenciado ou bacharel em Educação Física ocupou as preocupações centrais da proposta feita pelo Parecer 0138/02, pois as mudanças nos currículos dos cursos de Educação Física, necessariamente teriam que observar o atual perfil profissional e público-alvo, e também eliminar a dúvida que se instituiu devido à ambigüidade do texto presente na Resolução 03/87,

conforme afirma DAVID (2000), a outra questão é a idéia dúbia de que as duas habilitações se constituem do mesmo tipo de conteúdos, com a mesma carga horária e com a mesma identificação, mudando, em alguns casos, apenas os tipos de aprofundamentos. Levantando a questão de que uma Licenciatura ampliada poderia desenvolver as habilidades necessárias ao profissional, atendendo às carências que possam vir a surgir no exercício do seu ofício.

Diante dos novos rumos da política educacional e das expectativas das Diretrizes Curriculares de Educação Física, determinadas pelo Parecer nº 776/97, de 3 de dezembro de 1997, que foi o primeiro documento de orientação geral para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais, e apontava alguns princípios que deveriam nortear as diretrizes curriculares como, incentivar uma sólida formação geral permitindo tipos de aprofundamentos em um determinado curso, estimular e aproveitar como créditos concedidos, práticas de estudo independentes, encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário, fortalecer a unidade teoria-prática por meio de atividades de pesquisa, ensino e extensão, e pelo Parecer nº 583/01 da Comissão de Ensino Superior (CES) do CNE, que estabelece que as atividades obrigatórias não podem exceder a 50% da carga horária total dos cursos, fazendo com que as instituições ofereçam uma oferta maior de disciplinas optativas para poder atender a tal exigência, e também pelas Diretrizes Curriculares da Área da Saúde, uma vez que a EF encontra-se classificada nessa área.

Assim as propostas curriculares elaboradas a partir do Parecer 0138/02 teriam que, ao mesmo tempo, apresentar inovações no processo de formação visando atender às novas exigências que surgem em uma sociedade dinâmica como a nossa e respeitar conhecimentos acumulados no campo das discussões curriculares em Educação e Educação Física.

Neste sentido, mesmo não compreendendo o mercado como o definidor do currículo, cabe, nessa nova estruturação, olhar para as configurações e opções de trabalho atuais, de forma crítica, criativa e reflexiva. Isso significa identificar as possibilidades profissionais e os significados dessa área que congrega múltiplos conhecimentos. Separar a graduação em Educação Física em curso de Licenciatura e curso de Bacharelado poderia ser um caminho interessante, devido ao aumento do alcance do processo de formação abordando as várias possibilidades de atuação dos graduados em diferentes áreas e atendendo aos interesses variados daqueles

que ingressam nas universidades, permitindo que as IES estruturassem seus currículos de forma autônoma, madura e democrática, além de contribuir decisivamente para demarcar campos e competências.

2.5. A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DIAS DE HOJE

Na atualidade, a Educação Física brasileira atravessa um período de mudanças com a elaboração de alguns documentos modificando a Resolução 03/87, como o Parecer 0138/02 e Resolução 7/04, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores na Educação Básica, definindo princípios, condições e procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, de acordo com a Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Ensino, visando atender às transformações sócias e da educação nos últimos anos. Esta Resolução 7/04 define a Educação Física como área de conhecimento e intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, da luta/arte marcial da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, da promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, dada gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática das atividades físicas, recreativas e esportivas.

Percebe-se uma preocupação maior com o campo da saúde, preocupação existente desde o Parecer 0138/02, uma vez que a EF se encontra inserida na área da saúde, o que pode gerar certa dúvida quanto a sua aplicabilidade na área educacional, embora essa possibilidade esteja descrita na definição dada pela Resolução 7/2004, dúvida essa presente não só na interpretação dos alunos como dos estudiosos da área como SADI (2003), em crítica ao Parecer 0138/02 devido excessiva preocupação com a área da saúde, entendida predominantemente como

bacharelado, ainda que os temas centrais de formação poderiam, certamente, oferecer suas bases, tanto a licenciatura como o bacharelado.

De acordo com o Parecer 0138/02, a Educação Física compreende uma área de estudo e um campo educacional caracterizados pela análise, ensino e aplicação de um amplo conjunto de conhecimentos. Esta área está caracterizada como um campo de intervenção profissional por meio de diferentes manifestações e expressões corporais, como a ginástica, o esporte, o jogo, a dança e a luta. Tais manifestações são aplicadas nos mais diferentes lugares da sociedade: escola, clube, academia e ruas de lazer. Esta proposta considera o professor de Educação Física como Licenciado em Educação Física. Segundo TOJAL (2002), constata-se assim, que o objetivo dos programas dos cursos de licenciatura conforme as novas diretrizes, é de através de conhecimentos científicos gerais e específicos, preparar para ensinar, isto é, preparar professores.

O curso de Licenciatura visa, portanto, à atuação docente no ramo escolar ou não escolar, isto é, o que define o perfil de Licenciado em Educação Física não é o campo de atuação ou lugar de trabalho, mas o conteúdo de ensino, da docência em Educação Física. Por sua vez, o curso de Bacharelado em Educação Física visa formar o profissional de Educação Física para atuação não docente em espaços não-escolares. O perfil do Bacharel em Educação Física é definido com base no conteúdo das atividades de instrução programada, avaliação física, coordenação, supervisão, consultoria, auditoria, gerenciamento e pesquisa aplicada, entre outros. Em ambas as capacitações, Licenciatura ou Bacharelado, a diretriz curricular geral é definida pela ênfase educacional da Educação Física, o que a localiza no campo das ciências humanas.

Na prática profissional, tanto o professor de Educação Física (licenciatura) como o profissional de Educação Física (bacharelado) atuam, muitas vezes, em lugares semelhantes, em empregos coincidentes. Ressalta-se, portanto, que a ambigüidade criada entre licenciatura e bacharelado, causa uma verdadeira confusão conceitual e prática. Conforme SADI (2003), essa ambigüidade foi responsável pela aprovação de muitos cursos de graduação em Educação Física que divulgam, promovem e oferecem seu produto (às vezes de forma ilusória) com a denominação “Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física” e o que ainda prevalece são cursos que, minimamente estruturados oferecem a Licenciatura. Constituindo maioria, tais cursos deveriam observar as mudanças

atuais e, portanto, a oportunidade do oferecimento do Bacharelado, com arrojada concepção, um desafio dos novos tempos. A existência de uma nova profissão, com conselhos profissionais espalhados pelo país já seria por si só, motivo suficiente para a elaboração e consolidação de cursos de Bacharelado na área.

Para além desse argumento que pode se justificar como político, existe a necessidade concreta de se formar professores a partir das inúmeras exigências legais e legítimas acumuladas nos últimos vinte anos.

Entretanto, mais do que o título da formação, está em jogo o conteúdo do ensino, do como ensinar, do horizonte a atingir, dos instrumentos e procedimentos mais específicos como condições do ensino, capacitação permanente, instalações físicas e material didático. As capacitações e habilitações não são lineares e estáticas, mas ao contrário, dinâmicas e flexíveis, e podem se entrelaçar em momentos privilegiados. Conforme PERES (2000), a mediação entre a formação geral e específica, na qual os conhecimentos provenientes da formação devem interagir, confrontar-se e reconstituir-se em conhecimentos visando à interação teoria-prática no processo ensino-aprendizagem.

Parece estar acontecendo o mesmo com as Diretrizes Curriculares Nacionais em discussão pela Comissão de Especialistas do MEC, formada por membros do CNE , pois elas não só deram continuidade às inquietações, como criaram novos problemas para as coordenações dos cursos existentes. Como exemplo, destaca-se a total falta de referência quanto ao tempo mínimo e máximo de duração do curso e a não explicitação do tempo de duração dos estágios profissionais. Não se consegue delimitar o que se entendia por licenciado e por bacharel, agora com o advento do Parecer 0138/02, não se consegue estabelecer a diferença entre o Graduado em Educação Física e o Graduado em Educação Física com licenciatura. Mais uma vez as questões secundárias prevaleceram sobre as principais ou ainda, as manifestações dos problemas ocuparam o verdadeiro lugar do problema. As questões principais são relativas à delimitação e ao enfrentamento maduro da área de Educação Física no estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

2.6. O PERFIL PROFISSIONAL

Segundo o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física em seu artigo 10, compete ao profissional de Educação Física desde organizar, supervisionar e organizar atividades, no sentido da educação corporal, até elaborar projetos, pesquisar e ministrar cursos nas áreas de atividade física e desportiva. As mudanças tecnológicas têm provocado uma revolução no campo dos recursos humanos, apontando para o desaparecimento e o surgimento de profissões e ocupações ou para a sua modificação, com a introdução de novos requisitos, e com a Educação Física não é diferente, a febre de praticar alguma atividade física hoje em dia têm exigido do profissional de educação física constante reciclagem e aperfeiçoamento, devido às exigências dos “clientes” que passaram a ter mais conhecimento sobre os assuntos relativos a prática corporal, devido à velocidade com que as informações são transmitidas nos dias de hoje.

O novo perfil do profissional exige que ele esteja aberto às mudanças, tenha facilidade de adaptação. Esse perfil está diretamente ligado às necessidades sociais e às características do mercado de trabalho que são muito dinâmicas. O profissional deve possuir um repertório de conhecimento que lhe permita compreender o homem em movimento nos variados contextos em que ele se encontra, suas fases de desenvolvimento, necessidades, limitações, anseios, não se fundamentando na prática pela prática. A sociedade é dinâmica e os avanços que a mesma cria exigem que as áreas responsáveis pelo preparo de profissionais que a servem se ajustem e se desenvolvam, oferecendo novos e eficientes resultados, como a Educação Física. Esse processo de mudanças vem alterando a estrutura do sistema de contratação e, conseqüentemente, vem requerendo também novas exigências profissionais (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores).

Segundo GHILARDI (1998), a criação do curso de Bacharelado veio atender um novo perfil que não está ligado a um novo perfil de profissional que não está ligado ao ensino regular, mas a uma nova e crescente fatia do mercado constituído por clubes, academias, empresas, condomínios, “personal trainers”, onde a atuação é direcionada não mais somente em executar habilidades, mas em saber como e porque executar.

Exige-se do profissional: versatilidade, adaptabilidade, raciocínio analítico, capacidade de compreender as situações e de resolver os problemas de forma

sistemática e lógica, a aptidão para a conceitualização, capacidade para identificar relações entre as situações ou para descobrir os problemas subjacentes nas situações complexas, e a competência técnica, capacidade para utilizar e desenvolver o seu saber técnico e de partilhar com os outros. Porém, segundo GHILARDI (1998), um curso superior de Educação Física que dura 4 anos na Universidade não dará conta de transmitir um mínimo de conhecimento necessário para a formação de um profissional e ao mesmo tempo oferecer “cursos” de aperfeiçoamento de habilidades motoras específicas. Embora essas características permitam que o profissional transmita credibilidade quanto ao seu trabalho, bem como a atuação em diferentes áreas exercendo sua profissão sempre de maneira eficiente, torna-se difícil desenvolvê-las durante o curso de EF devido aos interesses divergentes dos graduandos e a capacidade evolutiva de cada indivíduo, em que cada um tem o seu tempo de assimilação do conteúdo que está sendo transmitido, o que não garante que em quatro anos todos tenham desenvolvido suficientemente essas características a ponto de utilizá-las no cotidiano da sua profissão.

2.7. PROBLEMAS DA FORMAÇÃO

Segundo REPPOLD FILHO (2002), a segmentação em áreas parece mais ofuscar as características essenciais do problema do que elucidá-las. Assim, compartilhamos com a maioria dos professores de educação físicos a idéia de que uma abordagem mais integrada é necessária. A especialização e a fragmentação do conhecimento na preparação profissional promove uma separação entre as disciplinas teóricas e práticas, impedindo que elas se comuniquem e se integrem, formando os profissionais de maneira parcial. Essa problemática da relação teoria-prática é tratada no Parecer 0138/02 na parte em que se refere aos conteúdos curriculares, definindo que os conteúdos curriculares dos cursos de EF serão guiados pelo critério da orientação científica, da integração teoria e prática, do conhecimento do homem e sua corporeidade, da cultura, da sociedade e da natureza e as possibilidades de interação desses conceitos que permitam a intervenção profissional, e também, pela Resolução 7/2004, em seu artigo 10, quando define que a formação do graduado em EF deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática como componente curricular,

estágio curricular supervisionado e atividades complementares. Percebe-se a clara preocupação em desenvolver de maneira conjunta teoria e prática, possibilitando que os graduandos possam discutir situações vivenciadas por eles com base na literatura existente sobre o assunto.

A divisão entre Licenciatura e Bacharelado que inicialmente deveria servir como solução acabou criando mais questionamentos, devido à ambigüidade criada com essa divisão como se percebe em MANOEL & TANI (1999), ao afirmar que a Resolução 03/87 foi infeliz ao dar continuidade à ambigüidade, ao permitir que os cursos de bacharelado e licenciatura fossem equivalentes. Dessa maneira algumas questões foram formuladas, como: O graduado que optar pela Licenciatura poderá trabalhar na área não formal? E aquele que optar pelo Bacharelado poderá trabalhar na Escola?. De acordo com STEINHILBER (2000), tanto os que estão cursando a licenciatura quanto os que estão freqüentando o bacharelado podem atuar no campo não formal. Surge uma nova questão a partir dessa afirmação: Se o graduando que está cursando a licenciatura pode atuar na área não formal, há a necessidade de se criar o bacharelado?, talvez uma licenciatura com uma oferta maior de disciplinas optativas com ênfase na área não formal não seria suficiente para atender às exigências do mercado de trabalho e da sociedade?

Percebe-se que é isso que tem acontecido em grande parte das instituições de acordo com o documento apresentado na mesa redonda sobre Preparação Profissional na 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (2002), ao afirmar que é de conhecimento de membros da área de Educação Física que muitos cursos possuem currículos conhecidos como “três em um” propondo-se a uma formação em licenciado e bacharel, mantendo-se, entretanto, uma mesma estrutura curricular e marco conceitual e conferindo dois títulos quase que ao mesmo tempo aos seus egressos. Acredito que essa possibilidade seja completamente viável.

A criação do bacharelado foi uma resposta aos questionamentos de que a licenciatura não vinha atendendo ao desenvolvimento das qualificações e competências necessárias à intervenção do profissional nos campos de trabalho não formal, entretanto, muitas instituições de ensino superior não aderiram completamente ao bacharelado, de acordo com pesquisa realizada por BARROS (1998), que constatou poucas iniciativas do curso de bacharelado em Educação Física no estado de São Paulo. Considerando as características deste estado em

relação aos demais estados brasileiros, pode-se inferir que a situação não é diferente nesses outros estados. Talvez devido à ambigüidade presente na legislação.

Esse resultado reforça a idéia de que poucas instituições estão preocupadas em elaborar um curso de bacharelado, nem tampouco modificar sua estrutura curricular tentando ampliar a formação em licenciatura visando atender às novas exigências do mercado de trabalho.

Porém alguns autores, na literatura brasileira, defendem o bacharelado com algumas interpretações diferenciadas. Alguns autores citados por STEINHILBER & ROMERO (1998), são a favor do Bacharelado, como COSTA (1988) que defende o bacharelado, como reflexão e aprendizagem de como fazer ciência, em que se interage com a licenciatura, na busca da formação total do profissional, NASCIMENTO (1994) que resume "o bacharelado está caracterizado ao fazer ciência e o licenciado ao ensino de 1º e 2º graus" e MARIZ DE OLIVEIRA (1988) que defende o bacharelado como alternativa para os que desejam formação superior em Educação Física, sem, entretanto, objetivarem atuar no ensino escolar de 1º e 2º graus. Nesse ponto o bacharelado seria uma solução, uma vez que a grande maioria dos indivíduos que ingressam nas instituições de ensino superior não pretendem trabalhar na área formal, de acordo com MANOEL & TANI (1999), ao afirmarem que o curso de graduação em Educação Física apresentava a ambigüidade de formar licenciados que na maioria das vezes jamais atuariam na escola.

Os cursos de formação profissional em Educação Física, embora se caracterizem como sendo de licenciatura, não preparam especificamente professores para atuar na Educação Formal. Da mesma forma, não produzem adequadamente profissionais para atuar no contexto não-escolar. Na maioria das vezes, forjam profissionais de perfis e competências indefinidas, e o argumento normalmente utilizado é de que o mercado exige profissionais ecléticos. Dentro desse panorama de ambigüidade, MANOEL & TANI (1999) citam o exemplo da EEFUESP (Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo) que se destacou ao criar os cursos de Bacharelado em Esporte, Bacharelado e Licenciatura em Educação Física, com predomínio de disciplinas de orientação acadêmica e introdução de disciplinas transdisciplinares com conhecimentos sobre Biodinâmica do Movimento Humano, o Comportamento Motor Humano e os Estudos Sócio-culturais do Movimento Humano, permitindo que os alunos tenham contato

com todas as possibilidades de se interpretar o movimento humano, outra inovação, segundo eles, se deu na introdução de disciplinas de orientação pedagógica, enfocando o desenvolvimento de procedimentos didático-pedagógicos vinculadas às características desenvolvimentistas da população, fazendo com que os graduandos estejam a par das transformações ocorridas na sociedade. Já as disciplinas com orientação para atividades práticas foram excluídas da grade curricular (no caso do Bacharelado e Licenciatura em Educação Física) ou tiveram diminuição no número de horas-aula (no caso do Bacharelado em Esportes). Assim os alunos oportunizaram uma formação baseada na compreensão do movimento humano em todas as suas vertentes.

Há também a necessidade de considerar o mercado de trabalho, para que não sejam aplicados incorretamente os escassos recursos do país para formar um contingente de desempregados, uma vez que os profissionais formados não seriam de boa qualidade e não estariam aptos para atender a busca da sociedade por profissionais. Um aspecto importante a considerar quando se aborda o mercado de trabalho e sua relação com a formação profissional é a tendência de redução progressiva de postos de trabalho nos campos considerados mais tradicionais (escolas e clubes) e o aumento crescente de postos de trabalho nos serviços comunitários e em outras instituições não tradicionais da Educação Física (empresas, hospitais, indústrias, etc).

A preocupação com a caracterização do campo do conhecimento em Educação Física está presente na discussão de alguns autores como TOJAL (citado por VERENGUER, 1997), ao afirmar que se torna difícil definir o que é ser professor de Educação Física, pois este vai atuar “de forma superficial em várias áreas perdendo, portanto, em qualidade e especificidade, não conseguindo obter o reconhecimento nem mesmo dos seus possíveis beneficiários. Ou seja, ao se querer formar um profissional completo acaba-se perdendo eficiência e conseqüentemente credibilidade. Essa preocupação está relacionada com a necessidade de justificar a presença do curso de Educação Física na universidade, ou seja, tem-se por parte da comunidade acadêmica, uma conscientização no sentido de que a Educação Física não pode ser caracterizada eminentemente como um curso de preparação profissional. De acordo com MARIZ DE OLIVEIRA (citada por VERENGUER, 1997), a consolidação da Educação Física no contexto acadêmico e profissional exige da comunidade universitária a fundamentação teórica da área, que significa em última

instância, o desenvolvimento de pesquisa para a fundamentação das práticas profissionais. Uma vez que a Educação Física não possui uma fundamentação teórica própria, pois se utiliza do conhecimento de outras áreas, como a Fisiologia e a Biomecânica, na sua prática.

Segundo VERENGUER (1997), os cursos de EF formam, devido sua abordagem essencialmente técnica, pseudoprofessores ou licenciados com características de técnico esportivo e como única opção de graduação formam, de maneira superficial, recursos humanos para atuarem nas áreas de Esporte, Dança, Lazer ou Recreação. O profissional não trabalha todo o contexto do movimento, realiza o movimento pelo movimento.

Em concordância, VIRTUOSO JUNIOR, ARAÚJO, SARTORI e NASCIMENTO (2003), afirmam que a indefinição da área de investigação contribui para a falta de clareza e objetividade em delinear as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física no país e permite que cada instituição assuma os riscos de uma formação inadequada, sem critérios e muitas das vezes descomprometida com as necessidades da sociedade em relação ao profissional de Educação Física. De acordo com BARROS (1998), em pesquisa realizada nas instituições de ensino superior do estado de São Paulo, houve pouca preocupação das instituições participantes do estudo com o curso de bacharelado, ou seja, com o novo perfil do mercado de trabalho na área. Demonstrando que não existe a adequação das instituições às exigências do mercado e preocupação com a qualidade do profissional que será formado.

A falta de preparo e de empenho do corpo docente é apontada por alguns autores como uns dos fatores responsáveis pela formação insatisfatória nas universidades, de acordo com GHILARDI (1998), ao afirmar que entre o próprio corpo docente existem especialistas que ou só produzem conhecimento ou só aplicam o conhecimento, não sendo capazes de integrar e associar o conhecimento para o próprio enriquecimento profissional. Caracterizando assim, a fragmentação do conhecimento.

Segundo PERES (2000), referindo-se à formação profissional na área da Educação Física, afirma que a versão mais divulgada de educação é aquela que tem como tarefa a aquisição, a sistematização e a transmissão de conhecimentos, como instrumentos de um saber determinado, entendido como experiências acumuladas, algo pronto e acabado, onde quem detêm o saber, o transmite para os escolhidos de

forma fracionada e voltada exclusivamente para o aprimoramento técnico. Assim, a transmissão de conhecimentos se dá de forma passiva pelos alunos e sem a intervenção crítica do professor que se limita a reproduzir o conhecimento contido em livros e em outros materiais didáticos. O docente não promove a integração entre o aluno e a disciplina e entre a disciplina e a realidade com que os profissionais irão se deparar ao terminar o processo de formação, tornando-o mais dinâmico e conseqüentemente mais envolvente para os alunos.

Destaca-se a necessidade da participação ativa do corpo docente na tentativa de estreitar a relação entre teoria e prática, de acordo com MANOEL & TANI (1999), o estudante necessita aprender como conhecimentos tão diversos podem ajudá-lo a estruturar a intervenção (avaliação, planejamento, programação, implementação) ou a emitir pareceres acerca de uma dada situação-problema. Os elos de ligação entre os conhecimentos com a prática dependem não só de disciplinas que propiciem subsídios para essa aproximação mas também da orientação dada pelo corpo docente.

2.8. PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO

Uma das propostas apresentadas para melhorar a formação, ou pelo menos torná-la mais eficiente seria a flexibilização dos currículos permitindo aos alunos que montem seus próprios currículos e terminar sua formação quando lhe for mais adequado. As vantagens que essa flexibilização traria seriam a otimização do tempo do aluno na Universidade, uma vez que ele só faria as disciplinas com que tivesse afinidade ou que se relacionassem com o caminho profissional que ele irá seguir, assim o conhecimento seria mais aprofundando, pois o aluno estaria interessado nos conteúdos e não ficaria restrito ao conhecimento que lhe é passado na sala de aula, buscando outras fontes para aprender. Porém essa situação poderia causar o esvaziamento e conseqüentemente a extinção de algumas disciplinas consideradas “desnecessárias” pelos universitários, teríamos aulas com superlotação enquanto outras estariam completamente vazias. Entende-se que nos currículos vivenciados na preparação profissional em Educação Física, haja um eixo articulador da aprendizagem em diferentes disciplinas que as integre numa grande estrutura de entendimento.

Uma das razões para repensar os cursos de graduação na área encontra-se a necessidade de dar maior amplitude à formação, tendo em vista as atuais demandas sociais e a emergência de novas especialidades de trabalho. Assim a oferta de mais cursos opcionais aumenta as possibilidades de formação. Porém essa possibilidade acaba criando outro problema, que seria a contratação de mais professores ou o acúmulo de disciplinas pelos professores já atuantes nas instituições, o que causaria uma queda na qualidade na graduação. De acordo com REPPOLD FILHO (2002), estas contratarão professores considerados "mais ecléticos", atribuindo-lhes a responsabilidade por várias disciplinas e atividades. Esta medida, já praticada em várias instituições privadas, leva ao rebaixamento da qualidade da formação.

Na universidade é preciso que o acesso ao conhecimento ocorra numa velocidade semelhante ao que tem acontecido na sociedade em geral; é necessário repensar formas tradicionais de ensino e aprendizagem que ainda hoje são freqüentes, como a predominância de aulas expositivas em que o docente é o único responsável pela apresentação do conhecimento, e o graduando tem um papel passivo. Conforme COSTA (citado por STEINHILBER, 2001), o compromisso e o entusiasmo do professor e o desejo de buscar formas renovadas de metodologias de aprendizagens que atendam às características e aos interesses do estudo adulto, o conduzem num salto de qualitativo e arriscado a superar o ensino tradicional para o qual foi preparado, fomentando na instituição as condições para realizá-lo. O ambiente de co-responsabilidade entre docente e graduando exige deste último uma atitude mais ativa no seu processo de profissionalização.

Segundo PERES (2000), o egresso ao sair do campus universitário, torna-se um docente apático à evolução cultural e social, acomodando-se, tornando-se um tradicional professor de Educação Física.

Tentando mudar essa situação, tem sido cada vez mais enfatizada a importância de que o graduando participe do processo de produção do conhecimento, seja com a realização da monografia de final de curso, de trabalhos exigidos nas disciplinas, do envolvimento em projetos de iniciação à pesquisa ou de outros eventos existentes em sua universidade.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho era analisar as propostas elaboradas por alguns autores em relação ao processo de formação profissional em EF, o qual tem sido alvo de discussões realizadas pelo CONFEF, COESP-SP e outros órgãos ligados a Educação Física, a partir da observação de problemas nesse processo feita por eles, sem criticá-las ou defendê-las, apenas verificando suas possibilidades e implantação, apontando possíveis conseqüências que elas poderiam trazer para o processo.

Alguns problemas foram detectados como a manutenção de currículos antigos que segundo eles não estariam acompanhando as transformações sociais, ocorridas devido a velocidade com que as informações são transmitidas atualmente e educacionais, existindo a necessidade cada vez maior de se preparar profissionais com diversas habilidades para atender a um mercado de trabalho em constante evolução, vindo a confirmar a hipótese de que existem deficiências na formação profissional nas instituições de ensino superior, partindo-se do pressuposto que as universidades devem formar exclusivamente profissionais para o mercado de trabalho, sem a preocupação com a melhoria da qualidade de vida da sociedade na qual esses profissionais estarão inseridos.

Está havendo um maior conhecimento do processo formativo por parte dos estudiosos da área, uma vez que a produção literária produzida por profissionais que atuam na área teve um aumento considerável nos últimos anos, até então a Educação Física utilizava material bibliográfico oriundo de outras áreas do conhecimento, auxiliando na compreensão da atual situação de desvalorização por que passa a EF que ocorre talvez devido ao pouco conhecimento do profissional de Educação Física sobre qual seria a sua verdadeira função. As deficiências encontradas pelos autores que discutem o tema foram levantadas a partir do que avaliam sua viabilidade de acordo com o objetivo a ser atingido.

Muitas discussões ainda serão feitas a respeito do assunto, uma vez que deve ser realizada uma análise de qual é o verdadeiro propósito da EF, a partir daí, iniciar a construção de um processo sólido e satisfatório de formação que venha atender aos anseios dos docentes, dos alunos e da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N. (org). **Formação de professores, pensar e fazer**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- BARROS, José Maria de Camargo. Preparação Profissional em Educação Física e Esporte: Propostas dos Cursos de Graduação. **Revista Motriz**, v.4, n.1, p.12-16, jun,1998.
- COSTA, V. L. M. **A formação universitária do profissional de educação física**. In: PASSOS, Solance C.E. (org). Educação Física e Esportes na Universidade. p.209-224. Brasília, 1988.
- DAVID, N.A.N. **Novos ordenamentos legais e a formação de professores de Educação Física: pressupostos de uma nova Pedagogia de Resultados**. Dissertação apresentada a UEC, Campinas, 2003.
- FEITOSA, W. M. do Nascimento. **As competências específicas do profissional de Educação Física: Um estudo Delphi**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.
- FRANCHINI, Emerson. Perspectivas e tendências da atuação profissional em Educação Física. **Revista da APEF**, v.12, n.1, p. 65-79, 1997.
- FREIRE, Elisabete dos Santos; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia; REIS, Marise Cisneiros da Costa. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 39-46, jan./dez. 2002.
- GHILARDI, Reginaldo. Formação profissional em educação física: A relação teoria e prática. **Revista Motriz**, v. 4, n.1, p. 1-11, jun, 1998.
- LOVISOLO, Hugo. Globalização e conhecimento científico na educação física. **Motus Corporis**, v.5,n.1, p.57-70, 1998.
- LUCENA, Renata Christiane Salgues. **Formação profissional em Educação Física**. Texto apresentado na II Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, Brasília/DF, 2001. Disponível em [/http://mncref.vilabol.uol.com.br/a15.htm](http://mncref.vilabol.uol.com.br/a15.htm) / data de acesso 30/09/2004.
- MANCE, E. A. **Globalização, Dependência e Exclusão Social - O Caso Brasileiro**, Conferência Realizada na Universidade Católica de Milão, Itália, em 20 de janeiro de 1999, com o título "Gli effetti della globalizzazione in brasile".

disponível em: www.milenio.com.br/mance/dependencia.htm/ , data de acesso 30/09/2004.

MANOEL, E.J & TANI, G. Preparação profissional em educação física e esporte: passado, presente e desafios para o futuro. **Revista Paulista de Educação Física**, v.13, p.13-19, 1999.

MARIZ DE OLIVEIRA, José Guilmar. Preparação profissional em educação física. In: PASSOS, Solange C.E. (org). **Educação Física e Esportes na Universidade**. Brasília: Unb, 1988. p.227-245.

MIYAGIMA, Cláudio Hiroyoshi. Formação do Professor de Educação Física: Para a Escola e/ou Para Fora Dela. **Revista Synopsis**, v.5, p.33-37, 1994.

MORAIS, J.F.R. Universidade: seus desafios neste final de século. **Pró-posições**. v.3, n.2(8), p.51-65, 1992.

NASCIMENTO, J. V. A elaboração do projeto pedagógico para a formação do profissional de educação física. **Revista de Educação Física**. v. 5, n. 1, p. 63-68, Maringá, 1994.

PERES, Luís Sérgio. “Educação” Física: Uma abordagem curricular na formação de profissionais. **Caderno de Educação Física**, Marechal Cândido Rondon, v.1, n.2, p.41-50, jun, 2000.

REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. As Diretrizes Curriculares Nacionais e a Formação Profissional em Educação Física. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 54., 2002. Goiânia. Ciência e Universidade Rompendo Fronteiras. **Anais/Resumos...** Goiânia: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2002.

SADI, R. S. Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Educação Física: projeto de fôlego ou orientações temporárias?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XIII, 2003, Caxambu. 25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003.

SANTOS SILVA, S. A. P. Formação profissional em Educação Física e Esporte no Brasil: propostas de mudança. **Revista Digital**, ano 8, n.58, Buenos Aires, marzo, 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>, acessado em 30/09/2004.

STEINHILBER, J. Avaliação do Ensino Superior- O caso da Educação Física, **Revista Motriz**, v.7, n.1 (supl.), p-85-91, jan-jun, 2001.

STEINHILBER, J.; ROMERO, E. Inserção mercadológica dos profissionais de Educação Física no estado do Rio de Janeiro.

TOJAL, J. B.A.G. Educação Física: Uma profissão do futuro. CONFEF- Conselho de Federal de Educação Física, **Informativo nº2**, p.3-7, mai-jun, 2000.

VERENGUER, R. C. G. Dimensões profissionais e acadêmicas da educação física no Brasil: Uma síntese das discussões. **Revista Paulista de Educação Física**, v.11 (supl.2), p.164-75, jul/dez, 1997.

VIRTUOSO JUNIOR, J.S, ARAÚJO, L.C.G.; SARTORI, R.F.; NASCIMENTO, J.V. Educação Física e Esporte no Brasil: perspectivas de formação e intervenção profissional. **Revista da Educação Física/UEM**, v.14, n.1, p.17-30, Maringá, 2003.

ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA: Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação		
RELATOR: Cons. Carlos Alberto Serpa, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice Durham, Jacques Velloso e Yugo Okida		
PROCESSO N°		
PARECER N°: 776/97	CÂMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 03/12/97

I - Relatório

A Lei 9.131, de 1995, que criou o Conselho Nacional de Educação, dispôs sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação quando tratou das competências deste órgão na letra “c” do parágrafo 2º de seu art. 9º:

...

§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

...

c) *deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;*

Entendem os relatores que a fim de facilitar a deliberação a ser efetuada, deve a CES/CNE estabelecer orientações gerais a serem observadas na formulação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, acima referidas. O presente Parecer trata dessas orientações gerais.

Convém lembrar que a figura do currículo mínimo teve como objetivos iniciais, além de facilitar as transferências entre instituições diversas, garantir qualidade e uniformidade mínimas aos cursos que conduziam a um diploma profissional. A nova LDB, no entanto, em seu art. 48, pôs termo à vinculação entre diploma e exercício profissional, estatuiendo que os diplomas constituem-se em prova da formação recebida por seus titulares. Isto propicia toda uma nova compreensão da matéria. Além do mais, os currículos dos cursos superiores, formulados na vigência da legislação revogada pela Lei 9.394, de dezembro de 1996, em geral caracterizam-se por excessiva rigidez que advém, em grande parte, da fixação detalhada de mínimos curriculares e resultam na progressiva diminuição da margem de liberdade que foi concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino.

Deve-se reconhecer, ainda, que na fixação dos currículos muitas vezes prevaleceram interesses de grupos corporativos interessados na criação de obstáculos para o ingresso em um merca-

do de trabalho marcadamente competitivo, o que resultou, nestes casos, em excesso de disciplinas obrigatórias e em desnecessária prorrogação do curso de graduação.

Ao longo dos anos, embora tenha sido assegurada uma semelhança formal entre cursos de diferentes instituições, o currículo mínimo vem se revelando ineficaz para garantir a qualidade desejada, além de desencorajar a inovação e a benéfica diversificação da formação oferecida.

A orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que tange ao ensino em geral e ao ensino superior em especial, aponta no sentido de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos. Ressalta, ainda, a nova LDB, a necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Entende-se que as novas diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Devem também pautar-se pela tendência de redução da duração da formação no nível de graduação. Devem ainda promover formas de aprendizagem que contribuam para reduzir a evasão, como a organização dos cursos em sistemas de módulos. Devem induzir a implementação de programas de iniciação científica nos quais o aluno desenvolva sua criatividade e análise crítica. Finalmente, devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

II – Voto dos Relatores

Tendo em vista o exposto, os relatores propõem a consideração dos aspectos abaixo estabelecidos, na elaboração das propostas das diretrizes curriculares.

As diretrizes curriculares constituem no entender do CNE/CES, orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente respeitadas por todas as instituições de ensino superior. Visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes curriculares devem observar os seguintes princípios:

- 1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- 2) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com

cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;

- 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- 5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- 6) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- 8) Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Considerando a importância da colaboração de entidades ligadas à formação e ao exercício profissionais, a Câmara de Educação Superior do CNE promoverá audiências públicas com a finalidade de receber subsídios para deliberar sobre as diretrizes curriculares formuladas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Brasília-DF, 03 de dezembro de 1997.

Conselheiros: Carlos Alberto Serpa de Oliveira

Éfrem de Aguiar Maranhão

Eunice Durham

Jacques Velloso

Yugo Okida

Relatores

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto dos Relatores.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 1997.

Conselheiros Éfrem de Aguiar Maranhão - Presidente

Jacques Velloso - Vice-Presidente

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/3/2004.
Retificado no Diário Oficial da União de 5/4/2004.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física		
CONSELHEIROS: Éfrem de Aguiar Maranhão (Relator) e Arthur Roquete de Macedo		
PROCESSO Nº: 23001.000066/2002-65		
PARECER Nº: CNE/CES 0058/2004	COLEGIADO CES	APROVADO EM: 18/2/2004

I. RELATÓRIO

? Histórico

A Comissão da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação analisou as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área de saúde elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela Secretaria de Educação Superior/MEC ao CNE, tendo como referência os seguintes documentos, além de outros específicos das respectivas áreas de atuação:

- ?? Constituição Federal de 1988;
- ?? Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20/12/1996;
- ?? Lei que aprova o Plano Nacional de Educação nº 10.172, de 9/1/2001;
- ?? Parecer CNE/CES nº 776/97, de 3/12/1997;
- ?? Edital da SESu/MEC nº 4/97, de 10/12/1997;
- ?? Lei nº 9.696, de 1/9/1998;
- ?? Parecer CNE/CES nº 583/2001, de 4/4/2001;
- ?? Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO: Paris, 1998;
- ?? Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde realizada de 12/2000;
- ?? Plano Nacional de Graduação do ForGRAD de 05/1999;
- ?? Documentos da OPAS, OMS e Rede UNIDA;
- ?? Instrumentos legais que regulamentam o exercício das profissões da saúde;
- ?? Pareceres e Resoluções do CNE sobre a formação dos profissionais da Educação.

Na análise das propostas, a Comissão, adotou formato preconizado pelo Parecer

CNE/CES nº 583/2001, tendo os Conselheiros que integram a Comissão da Câmara de Educação Superior apresentado suas observações aos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras e aos Presidentes dos Conselhos Profissionais, Presidentes de Associações de Ensino e Presidentes das Comissões de Especialistas de Ensino da SESu/ MEC na audiência pública, ocorrida em Brasília, na sede do Conselho Nacional de Educação, em 26 de junho de 2001.

A formação em nível superior de graduação plena em Educação Física vem sendo objeto de um amplo processo de discussão. Em 1969, o Parecer nº 894/1969 e a Resolução nº 69/1969 fixaram o currículo mínimo, a duração e a estrutura dos cursos superiores de graduação em Educação Física. Este modelo determinou a estrutura curricular mínima a partir da definição de disciplinas obrigatórias, distribuídas em três núcleos de formação: a) básica, de cunho biológico; b) profissional, de cunho técnico; e c) pedagógica, como estabelecia o Parecer nº 672/1969. Essa proposta curricular visava tanto a formação do professor de Educação Física com licenciatura plena, quanto a formação do técnico desportivo (habilitação obtida simultaneamente à licenciatura, com o acréscimo de mais duas matérias desportivas).

Não foi necessário mais que uma década para que inúmeras críticas a esse modelo curricular ocupassem espaço nos encontros dos especialistas da área, em face do desenvolvimento acadêmico e da rápida ampliação e diversificação do mercado de trabalho, antes concentrado na educação escolar e no emergente campo profissional esportivo.

Estudos e fóruns específicos sobre o tema reuniram parcela da comunidade acadêmica da Educação Física no Rio de Janeiro (1979), em Florianópolis (1981), em Curitiba (1982) e em São Paulo (1984), culminando em um anteprojeto encaminhado ao então Conselho Federal de Educação, propondo a superação da concepção de currículo mínimo em favor

“da autonomia e da flexibilidade para que cada Instituição de Ensino Superior pudesse elaborar seu próprio currículo com ampla liberdade para ajustar-se, numa ótica realista, às peculiaridades regionais, ao seu contexto institucional e às características, interesses e necessidades de sua comunidade escolar, quer no plano docente, quer no discente” (Parecer nº 215/87).

Este processo de debates e de proposições culminou com a aprovação do Parecer nº 215/87 e da Resolução nº 03/87, que normatizaram a reestruturação dos cursos de graduação Plena em Educação Física, sua nova característica, mínimos de duração e de conteúdo. No que diz respeito a referenciais curriculares, a Resolução nº 03/87 é reconhecida como um importante e inequívoco avanço por ter assegurado autonomia e flexibilidade para que as Instituições de Ensino Superior pudessem *“estabelecer os marcos conceituais, os perfis profissionais desejados, elaborar as ementas, fixar a carga horária para cada disciplina e sua respectiva denominação, bem como enriquecer o currículo pleno, contemplando as peculiaridades regionais”* (Art. 3º, § 4º) e para que pudessem também organizar os conteúdos em campos de conhecimentos, bem como possibilitar um novo tipo de formação – o bacharelado – para além da licenciatura plena.

Na perspectiva apresentada, a Resolução nº 03/87 estabeleceu que os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física deveriam contemplar um núcleo de

disciplinas de Formação Geral e um núcleo de disciplinas de Aprofundamento de Conhecimentos.

No núcleo de disciplinas de Formação Geral deveriam ser consideradas áreas de conhecimentos de cunho humanístico (Conhecimentos Filosófico, do Ser Humano, e da Sociedade) e de cunho técnico (Conhecimento Técnico).

Esta concepção e esta forma de organização curricular puseram termo ao modelo curricular baseado em um currículo mínimo comum de matérias obrigatórias, em prol de uma concepção curricular aberta e flexível para fazer frente à dinâmica da produção do conhecimento e do próprio mercado de trabalho. Sendo assim, a concepção curricular para a formação acadêmico-profissional em Educação Física, em nível de graduação plena, antecipou-se aos anseios explicitados na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96), que assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos. Da mesma forma, atende à necessidade de revisão da tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada, bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

É neste contexto de reordenamento legal que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso da prerrogativa legal de *“deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação”* (Lei nº 9.131/95), desencadeou um amplo processo de reestruturação da concepção e da organização curricular dos cursos superiores, formulados na vigência da legislação revogada pela Lei 9.394/96, a partir da justificativa que elas caracterizavam-se *“por excessiva rigidez que advém, em grande parte, da fixação detalhada de mínimos curriculares e resultam na progressiva diminuição da margem de liberdade que foi concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino”* (Parecer CNE/CES nº 776/97).

O Parecer CNE/CES nº 776/97, que apresentou as orientações para as diretrizes curriculares dos cursos em nível de graduação plena, enfatizou que

“as novas diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. (...) Devem induzir a implementação de programas de iniciação científica nos quais o aluno desenvolva sua criatividade e análise crítica. Finalmente, devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional”.

Coube às Comissões de Especialistas vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) sistematizar, debater e definir as propostas de Diretrizes Curriculares encaminhadas ao Conselho Nacional de Educação para análise de mérito e decisões cabíveis.

A Comissão de Especialistas em Educação Física (COESP-EF), designada pela SESu/MEC para esta atribuição, decidiu preservar as linhas gerais da Resolução nº 03/87, processando as reformulações decorrentes das contribuições enviadas por 24 (vinte e quatro) Instituições de Ensino Superior que responderam ao Edital nº 04/97 (SESu/MEC), e dos trabalhos acadêmicos que avaliaram direta ou indiretamente os efeitos da referida Resolução.

A proposta preliminar de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física foi apresentada, criticada e reformulada a partir de reuniões realizadas em diferentes Unidades da Federação, reunindo dirigentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física, dirigentes de entidades científicas, a exemplo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, dirigentes de cursos de graduação em Educação Física, além de especialistas e pesquisadores da área sobre formação acadêmico-profissional.

No final de 1999, a proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, sistematizada pela COESP-EF, foi encaminhada ao setor competente da SESu/MEC que, por sua vez, a encaminhou ao Conselho Nacional de Educação. Em linhas gerais, as diretrizes formuladas propunham a formação do graduado em Educação Física, a partir de dois núcleos de conhecimentos: a) Conhecimento Identificador da Área e b) Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento.

O Conhecimento Identificador da Área abrangia um núcleo de Formação Básica (Conhecimentos sobre o Homem e a Sociedade, Conhecimentos sobre o Corpo Humano e seu Desenvolvimento e Conhecimentos Científico-tecnológicos) e um núcleo de Formação Específica (Conhecimentos sobre a Cultura do Movimento Humano, Conhecimentos Didático-pedagógicos, e Conhecimentos Técnico-funcionais Aplicados).

O Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento era compreendido como o conjunto de conhecimentos que objetivavam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para a intervenção acadêmico-profissional nos campos da docência em educação básica/licenciatura, do treinamento/condicionamento físico, das atividades físico-esportivas de lazer, da gestão/administração de empreendimentos de atividades físico-esportivas, da aptidão física/saúde/qualidade de vida, além de outros possíveis campos emergentes. Caberia a cada Instituição de Ensino Superior, partindo desta estrutura de conhecimento, propor um ou mais campos de aplicação profissional, a título de aprofundamento, bem como definir o elenco de disciplinas do currículo pleno, considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados.

Logo após o encaminhamento da versão definitiva da proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, o Conselho Nacional de Educação decidiu sobre a nova política e a concepção de organização e de formação dos profissionais de educação, ao aprovar a Resolução sobre os Institutos Superiores de Educação (Resolução CNE/CP nº 01/1999) e o Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de

licenciatura, de graduação plena (Parecer CNE/CP nº 009/2001).

A nova concepção e a proposta de organização para a Formação de Professores da Educação Básica atingiram, substancialmente, a tradição da formação do professor e do profissional de Educação Física, na medida em que

“ganhou, como determina a nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo 3+1” (Parecer CNE/CP nº 009/2001).

Diante deste novo cenário o CNE, no início do ano de 2001, convocou audiências públicas para as diversas áreas de formação profissional que articulavam a formação em níveis de bacharelado e de licenciatura. O objetivo destas audiências era fazer as reformulações a partir das orientações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

O Conselho Federal de Educação Física participou dessa audiência pública e, aproveitando que já estavam planejados fóruns regionais com os Dirigentes dos cursos de formação em Educação Física, articulou a utilização desse canal para a construção de propostas que objetivavam oferecer subsídios para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

Em cada fórum regional coordenado pelos dirigentes do Sistema CONFEF/CREFs foi construída uma proposta relativa as Diretrizes Curriculares, a exceção dos fóruns realizados no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, quando os dirigentes do primeiro grupo optaram por fazer reformulações a partir do trabalho desenvolvido originalmente pela COESP-EF, enquanto o segundo grupo optou por defender a concepção de licenciatura ampliada como era concebida na Resolução nº 03/1987, discordando da desvinculação da formação entre licenciatura e bacharelado.

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, contribuiu a discussão, a partir das deliberações decorrentes da Reunião de Campinas que contou com a participação de dirigentes e especialistas de diferentes Instituições de Ensino Superior e representantes da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. Nesta reunião foram analisadas as propostas de Diretrizes Curriculares desenvolvidas originalmente pela COESP-EF e a desenvolvida a partir dos fóruns organizados pelo sistema CONFEF/CREFs, havendo um posicionamento e encaminhamento ao CNE de uma versão aprimorada a partir daquela sistematizada pela COESP-EF.

Após analisar todos os materiais e documentos, o relator Conselheiro Carlos Alberto Serpa, apresentou seu parecer que foi aprovado na sessão da Câmara de Educação Superior, em 3 de abril de 2002, recebendo a designação Parecer CNE/CES nº 138/2002, sendo a seguir homologado pelo Senhor Ministro da Educação, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

Em julho de 2002, o Conselho Federal de Educação Física promoveu o II Fórum Nacional dos Dirigentes dos cursos de Educação Física, quando cerca de 90 pessoas, entre dirigentes, representantes e especialistas redigiram e encaminharam ao MEC e ao CNE um documento reivindicando a não publicação da Resolução decorrente do Parecer

homologado.

O CNE e a SESu/MEC, sensíveis a todas as manifestações, não publicaram a resolução e o MEC, por ato do Ministro de Estado de Educação nomeou uma nova Comissão de Especialistas em Educação Física (Portaria nº 1985 – DOU de 21/07/2003), com a incumbência de “analisar e propor reformulações a respeito das premissas conceituais, do rol prescritivo das competências e habilidades e da estrutura curricular dos campos de conhecimento”, e sistematizar uma nova proposta de Diretrizes Curriculares para a área, que respondesse às críticas ao Parecer CNE/CES nº 0138/02 formuladas pela comunidade, buscando a superação das divergências existentes. A Comissão de Especialistas foi integrada pelos dois representantes da área de Educação Física na SESu, por um representante da Comissão de Especialistas em Educação Física do INEP, por um representante do sistema CONFEF/CREFs e por um representante do CBCE.

Os trabalhos foram desenvolvidos a partir de um documento elaborado por um Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério do Esporte, integrado por especialistas de diferentes IES que traduzia as críticas e uma proposta alternativa ao Parecer CNE/CES nº 138/2002. Esta proposta foi apresentada e submetida a críticas em várias reuniões que contaram com a presença de diretores, de coordenadores e de representantes dos cursos de graduação em Educação Física (Espírito Santo – dia 19/05; Rio de Janeiro – dia 22/05; Alagoas e Sergipe – dia 07/06; Rio Grande do Sul – dia 23/06; Minas Gerais – dia 24/06; São Paulo e Distrito Federal – reunidos na cidade de São Carlos – dia 16/07).

Outras reuniões foram realizadas a exemplo do Fórum de São Lourenço, onde estiveram presentes os dirigentes dos Conselhos de Diretores dos Cursos de Educação Física de MG, RS e SC – dia 16/08; Paraná – dia 28/08; Pará – dia 08/09; Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – dia 15/09; Pernambuco – dia 30/09; São Paulo (cidade de São Bernardo do Campo) – dia 08/10; São Paulo (cidade de São Caetano do Sul) – dia 27/10.

O Fórum de São Lourenço (MG) representou o marco de conciliação no sentido da definição das Diretrizes Curriculares da área. Neste fórum foi criado o CONDIESEF-BR (Conselho de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior em Educação Física do Brasil) que, após debater e apresentar sugestões à proposta substitutiva da Resolução que estava sendo trabalhada pela COESP-EF, endossou a nova versão aprimorada do documento.

Uma última reunião foi realizada em Belo Horizonte (dias 10 e 11/11) envolvendo os integrantes da COESP-EF, dirigentes do CONDIESEF-BR e especialistas dos diferentes campos de intervenção acadêmico-profissional em Educação Física, que contribuíram na definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

De posse de todas as informações O CNE realizou nova audiência pública, em 15 de dezembro de 2003 e criou grupo de assessoria, com as diversas entidades acadêmicas, e profissionais onde foi construído um consenso.

? Princípios norteadores das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena

As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física foram

desenvolvidas em consonância com os princípios enunciados no Parecer CNE/CES nº. 583/2001, constituindo-se num conjunto articulado de princípios e de orientações que devem ser considerados na proposição e no desenvolvimento curricular desta modalidade de curso.

As Diretrizes Curriculares foram desenvolvidas a partir de uma concepção interativa de conhecimentos pautados nas tradições cultural e científica do nível e/ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do cotidiano. A intenção é possibilitar a transformação da compreensão sobre o mundo vivido, e oportunizar a construção de conhecimentos significativos que se reorganizam em forma de teorias, experiências, habilidades, competências e atitudes.

Estas Diretrizes Curriculares foram sistematizadas a partir do reconhecimento de que são inequívocas a autonomia e a flexibilidade preconizadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96). A LDB possibilita às Instituições demonstrarem competência para elaboração do projeto pedagógico e curricular de seus cursos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridades regionais, com o contexto institucional, com as demandas do mercado de trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade.

Essa autonomia institucional pode favorecer a conciliação da realidade de um mercado de trabalho diversificado, cada vez mais competitivo e em expansão, com a formação de um profissional que alie os conhecimentos e instrumentos específicos da sua área a uma ampla e consistente visão da realidade humana, social, política e econômica do país.

A partir dessas considerações gerais, as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física foram desenvolvidas de modo a assegurar a:

- ? autonomia institucional;
- ? articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- ? graduação como formação inicial;
- ? formação continuada;
- ? ética pessoal e profissional;
- ? ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- ? construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- ? abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- ? indissociabilidade teoria-prática;
- ? articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

?? Caracterização da área de Educação Física

Diferentes termos e expressões vêm sendo defendidos e utilizados pela comunidade da Educação Física com o propósito de definir seu objeto de estudo e de intervenção acadêmico-profissional. Entre os termos e expressões recorrentes na área, pode-se destacar: exercício físico, atividade física, movimento humano, atividade recreativa, atividade

esportiva, atividade físico-esportiva, atividade corporal, cultura física, cultura do movimento, cultura do movimento humano, cultura corporal, cultura corporal de movimento, corporeidade, motricidade, entre outros. Toda proposta de novo termo ou expressão, bem como dos respectivos significados, traz em si um sentido de crítica àqueles já existentes. Portanto, estes termos e expressões, bem como seus respectivos significados, foram propostos a partir de diferentes e, em alguns casos, concorrentes *constructos* de pretensão epistemológica e/ou de motivação ideológica. Assim sendo, os termos e expressões utilizados no texto destas Diretrizes Curriculares não devem servir de referência impositiva, cabendo a cada Instituição de Ensino Superior eleger aqueles julgados mais adequados e identificadores da matriz epistemológica e/ou ideológica definida por seus especialistas quando do desenvolvimento dos seus respectivos projetos pedagógicos.

A Educação Física caracteriza-se a partir de três dimensões interdependentes. A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas, a dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional.

A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas refere-se ao direito dos indivíduos conhecerem e terem acesso às manifestações e expressões culturais que constituem a tradição da Educação Física, tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança. Na perspectiva da Educação Física, a prática das manifestações e expressões culturais do movimento humano são orientadas para a promoção, a prevenção, a proteção e a recuperação da saúde, para a formação cultural, para a educação e reeducação motora, para o rendimento físico-esportivo, para o lazer, bem como para outros objetivos decorrentes da prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

A dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional em Educação Física refere-se às diferentes formas, possibilidades e modalidades de formação em níveis de graduação, de pós-graduação, de extensão, entre outros, nos termos da LDB e dos documentos legais complementares, que objetivem qualificar e habilitar os indivíduos interessados em intervir acadêmica e profissionalmente na realidade social, por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, no sentido de aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

A dimensão da intervenção acadêmico-profissional refere-se ao exercício político-social, ético-moral, técnico-profissional e científico do graduado em Educação Física no sentido de diagnosticar os interesses e as necessidades das pessoas, de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar a eficiência, a eficácia e os efeitos de programas de exercícios e de atividades físicas, recreativas e esportivas, assim como participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, entre os afetos direta e indiretamente à prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

Considerando as dimensões que caracterizam a Educação Física, ela é concebida como área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do

exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. A finalidade é possibilitar às pessoas o acesso a este acervo cultural, compreendido como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

Embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde é imperiosa a compreensão do seu caráter multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da arte e da filosofia.

?? Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena

?? Perfil acadêmico-profissional do graduado em Educação Física

O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação acadêmico-profissional generalista, humanista e crítica, qualificadora de uma intervenção fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

A finalidade é possibilitar que as pessoas, independentemente de idade, de condições sócio-econômicas, de condições físicas e mentais, de gênero, de etnia, de crença, tenham conhecimento e a possibilidade de acesso à prática das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano, compreendidas, reafirmando já foi dito anteriormente, como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

?? Competências e habilidades do graduado em Educação Física

A identidade acadêmico-profissional em Educação Física deve, necessariamente, partir da compreensão de competências e de habilidades que abranjam as dimensões político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica, considerando que a intervenção do profissional pressupõe a mediação com seres humanos historicamente situados.

A configuração de competências e habilidades deve ser a concepção nuclear na orientação dos projetos pedagógicos de formação inicial do graduado em Educação Física.

Além de dominar os conhecimentos que fundamentam e orientam sua intervenção acadêmico-profissional, é imperioso que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação.

O graduado em Educação Física, além do domínio dos conhecimentos específicos para sua intervenção acadêmico-profissional deve, necessariamente, compreender as questões e as situações-problema envolvidas no seu trabalho, identificando-as e resolvendo-as. Precisa demonstrar autonomia para tomar decisões, bem como responsabilizar-se pelas opções feitas e pelos efeitos da sua intervenção acadêmico-profissional. Precisa também avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, bem como interagir cooperativamente tanto com a comunidade acadêmico-profissional, quanto com a sociedade em geral.

A aquisição das competências e das habilidades requeridas na formação do graduado em Educação Física deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria-prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de intervenção acadêmico-profissional e que estas sejam balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual. As competências não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e as necessidades de formação, de ampliação e de enriquecimento cultural das pessoas.

Sendo assim, a visão de *competência* deve ser compreendida além das dimensões do *fazer*, do *saber fazer* ou do *saber intervir*. O pressuposto dessas diretrizes identifica-se com uma concepção de currículo compreendido como processo de formação da competência humana histórica. Sendo assim, *competência* é, sobretudo, a condição de *refazer* permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumento o conhecimento inovador de perspectiva emancipadora.

Portanto, a formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades específicas:

- ? Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- ? Pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural da sociedade, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- ? Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção de problemas de agravo da saúde; promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e

esportivas.

- ? Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- ? Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiências, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- ? Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- ? Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins, mediante a análise crítica da literatura especializada, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- ? Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação, de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades gerais e específicas que se mostrem adequadas e coerentes com os respectivos projetos pedagógicos.

Estrutura e organização curricular dos cursos de graduação em Educação Física

Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

A formação específica que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física deve compreender e integrar as dimensões culturais, didático-pedagógicas e técnico-instrumentais das manifestações e expressões do movimento humano, com o propósito de qualificar e habilitar a intervenção acadêmico-profissional em face das competências e das habilidades específicas do graduado em Educação Física.

A formação ampliada deve compreender o estudo da relação do ser humano, em todos os ciclos vitais, com a sociedade, a natureza, a cultura e o trabalho. Deverá possibilitar uma formação cultural abrangente para a competência acadêmico-profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico afins e a especificidade da Educação Física.

O trato das unidades de conhecimento deverá ser guiado pelo critério da orientação e da formação crítica, investigativa e reconstrutiva, pelo princípio da indissociabilidade entre teoria e prática, bem como orientado por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Sendo assim, a formação ampliada deverá contemplar as seguintes dimensões do conhecimento:

- ? relação ser humano-sociedade
- ? biológica do corpo humano
- ? produção do conhecimento científico e tecnológico

A formação específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- ? culturais do movimento humano
- ? técnico-instrumental
- ? didático-pedagógica

A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá contemplar um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, articulando as unidades de conhecimentos e de experiências que o caracterizarão. Compreendidos como o conjunto de fundamentos e de experiências específicos que tratam de singularidades e particularidades no planejamento, prescrição, ensino, orientação, assessoramento, supervisão, controle e avaliação de projetos e de programas de atividades físicas, recreativas e esportivas na perspectiva de um ou mais núcleos temáticos de intervenção acadêmico-profissionais (prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas). Os núcleos temáticos de aprofundamento não se constituem, portanto, em habilitações, assim como não devem ser tratados como uma espécie de especialização precoce.

No caso da instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento terá que assegurar, no máximo, 20% da carga horária mínima em cada núcleo temático de aprofundamento.

O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

?? Mecanismos de indissociabilidade teoria e prática

A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular*, do *estágio profissional curricular supervisionado* e de *atividades complementares*.

A *prática concebida como componente curricular* deverá ser contemplada e explicitada no projeto pedagógico, podendo ser vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional desde o início do curso. Sendo assim, ela poderá estar inserida e explicitada no contexto programático das diferentes unidades de conhecimento constitutivas da organização curricular do curso, ou poderá ser viabilizada sob a forma de oficinas, laboratórios, entre outros tipos de organização que permitam aos(as) graduandos(as) vivenciarem o nexos entre as dimensões conceituais e a aplicabilidade do conhecimento.

O *estágio profissional curricular* representa o momento da formação em que o(a) graduando(a) deverá vivenciar e consolidar as competências e habilidades exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, a partir da segunda metade do curso, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado. O *estágio profissional curricular* é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de intervenção acadêmico-profissional que tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização do(a) graduando(a). O objetivo é oferecer ao futuro graduado em Educação Física um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em instituições e locais formais e informais que oportunizem a prática de exercícios e de atividades físicas, recreativas e esportivas, nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, entre outras. É também um momento para se verificar e provar a aquisição das competências e habilidades exigidas na prática acadêmico-profissional e exigíveis dos(as) formandos(as). No caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, parte da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo(a) graduando(a) por meio de estudos e de práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, de estágios extracurriculares, de programas de iniciação científica, de programas de extensão, de estudos complementares, de congressos, de seminários e de cursos de extensão.

O componente curricular formativo do trabalho acadêmico inclui o ensino presencial exigido pelas Diretrizes Curriculares. Mas um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, articulando-se e enriquecendo o processo formativo do graduado em Educação Física como um todo. Seminários, apresentações, exposições, participação em

eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e de ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Importante salientar que tais atividades devem contar com a orientação docente e ser integrada e explicitada no projeto pedagógico do curso.

Deve-se acrescentar que a diversificação dos espaços de intervenção acadêmico-profissional em Educação Física, a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, a elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, as monitorias, as tutorias, os eventos acadêmico-profissionais, as atividades de extensão, o estudo de políticas públicas e institucionais são exigências de um curso que almeja formar profissionais qualificados e autônomos.

?? Trabalho de graduação em Educação Física

O “trabalho de curso” ou de “graduação” deve ser entendido como um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá desenvolvê-lo em diferentes modalidades, a saber: monografia, projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, ou ainda apresentação de trabalho sobre o desempenho do aluno no curso que reúna e consolide as experiências em atividades complementares e teórico-práticas, inclusive as atividades de pesquisa e extensão.

?? Acompanhamento e avaliação

A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

?? Orientações específicas para a licenciatura em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica

O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a formação

deste profissional.

A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, também deverão pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

II. VOTO DO RELATOR

A Comissão recomenda a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física e do projeto de resolução do respectivo curso, na forma ora apresentada.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2004.

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2004

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão – Presidente

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

**Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais
para os cursos de graduação em Educação
Física, em nível superior de graduação plena.**

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES /2004, de de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Sr. Ministro da Educação em de de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º – A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º – As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º – A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º – O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º – O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por

meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º – O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º – A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:

- a) autonomia institucional;
- b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) graduação como formação inicial;
- d) formação continuada;
- e) ética pessoal e profissional;
- f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) indissociabilidade teoria-prática;
- j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º – As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º – A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- ? Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- ? Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- ? Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente

balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- ? Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- ? Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- ? Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- ? Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- ? Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º – As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º – A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º – Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º – A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

§ 2º – A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógico

§ 3º – A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º – As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º – Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º – O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10º – A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

§ 1º – A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º – O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

I. No caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40%

da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º – As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º – A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11 – Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12 – Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13 – A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º – A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º – As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14 – A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004.(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 18 de março de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir academicamente e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do

(*)CNE. Resolução CNE/CES 7/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 5, de abril de 2004, Seção 1, p. 18.

curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:

- a) autonomia institucional;
- b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) graduação como formação inicial;
- d) formação continuada;
- e) ética pessoal e profissional;
- f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) indissociabilidade teoria-prática;
- j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e

a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógico

§ 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação

Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

§ 1º A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

I. - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12. Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13. A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14. A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

(*)CNE. Resolução CNE/CES 7/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 5, de abril de 2004, Seção 1, p. 18.

Presidente da Câmara de Educação Superior em exercício

^(*)CNE. Resolução CNE/CES 7/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 5, de abril de 2004, Seção 1, p. 18.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física		
CONSELHEIRO(S): Carlos Alberto Serpa de Oliveira (Relator), Éfrem de Aguiar Maranhão, Arthur Roquete de Macedo e Yugo Okida.		
PROCESSO(S) Nº(S):		
PARECER Nº: CNE/CES 0138/2002	COLEGIADO CES	APROVADO EM: 03/04/2002

I – RELATÓRIO

• **Histórico**

A Comissão da CNE/CES analisou as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área de Saúde elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela MEC/SESu ao CNE, tendo como referência os seguintes documentos, além de outros específicos das respectivas áreas de atuação:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20/12/1996;
- Lei que aprova o Plano Nacional de Educação 10.172 de 9/1/2001;
- Parecer CNE/CES 776/97 de 3/12/1997;
- Edital da SESu/MEC 4/97 de 10/12/1997;
- Lei 9.696, de 1/9/1998;
- Parecer CNE/CES 583/2001 de 4/4/2001;
- Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO: Paris, 1998;
- Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde realizada de 15 a 19/12/2000;
- Plano Nacional de Graduação do ForGRAD de maio/1999;
- Documentos da OPAS, OMS e Rede UNIDA;
- Instrumentos legais que regulamentam o exercício das profissões da saúde.

Na análise das propostas, a Comissão, adotou formato preconizado pelo Parecer CNE/CES 583/2001, tendo os Conselheiros que integram a Comissão da Câmara de Educação Superior apresentado as suas observações aos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras e aos Presidentes dos Conselhos Profissionais, Presidentes de Associações de Ensino e Presidentes das Comissões de Especialistas de Ensino da MEC/SESu na audiência pública, ocorrida em Brasília, na sede do Conselho Nacional de Educação, em 26 de junho de 2001.

Faz-se relevante ressaltar a forma participativa e pró-ativa com os atores principais desse processo, Diretores dos Cursos de Formação Superior e Conselho Federal de Educação Física.

- **Mérito**

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, ao orientar as novas diretrizes curriculares recomenda que devem ser contemplados elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a competência do desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Esta competência permite a continuidade do processo de formação acadêmica e/ou profissional, que não termina com a concessão do diploma de graduação.

As diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as instituições de ensino superior. Dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Além destes pontos, a Comissão reforçou nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde a articulação entre a Educação Superior e a Saúde, objetivando a formação geral e específica dos egressos/profissionais com ênfase na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação do indivíduo, indicando as competências comuns gerais para esse perfil de formação contemporânea dentro de referenciais nacionais e internacionais de qualidade.

Desta forma, o conceito de saúde é elemento fundamental a ser enfatizado nessa articulação.

No Contexto das Diretrizes Curriculares, a concepção de saúde acompanha a definição apresentada pela Organização Mundial da Saúde: “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, que se aproxima cada vez mais do conceito de qualidade de vida. Promover a saúde e o bem-estar é mais do que prevenir doenças ou prolongar a vida. A busca da saúde pressupõe o exercício da cidadania. Assumir a responsabilidade individual e, de maneira participativa, a da sua comunidade

Com base no exposto, definiu-se o objeto e o objetivo das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação da Saúde:

Objeto das Diretrizes Curriculares: permitir que os currículos propostos possam construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referências nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade.

Objetivo das Diretrizes Curriculares: levar os alunos dos cursos de graduação em saúde a *aprender a aprender*, que engloba, *aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer*, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

- **Caracterização da área de Educação Física**

A Educação Física compreende uma área de estudo, elemento educacional e campo profissional caracterizados pelo análise, ensino e aplicação do conjunto de conhecimentos sobre o movimento humano intencional e consciente nas suas dimensões biológica, comportamental, sócio cultural e corporeidade.

A Educação Física caracteriza-se como um campo de intervenção profissional que, por meio de diferentes manifestações e expressões da atividade física/movimento humano/motricidade humana (tematizadas na ginástica, no esporte, no jogo, na dança, na luta, nas artes marciais, no exercício físico, na musculação, na brincadeira popular bem como em outras manifestações da expressão corporal) presta serviços à sociedade caracterizando-se pela disseminação e aplicação do conhecimento sobre a atividade física, técnicas e habilidades buscando viabilizar aos usuários ou beneficiários o desenvolvimento da consciência corporal, possibilidades e potencialidades de movimento visando a realização de objetivos educacionais, de saúde, de prática esportiva e expressão corporal.

A Educação Física abrange todo campo de ação da área, aí incluído o jogo, o esporte, a ginástica, a musculação, a dança, a ergonomia, as lutas, as artes marciais, a recreação, o lazer e a reabilitação.

- **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

1. PERFIL DO FORMADO/EGRESSO/PROFISSIONAL

O Graduado de Educação Física, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício profissional com base no rigor científico e intelectual e pautado no princípio ético. Deverá ser formado para estudar, pesquisar, esclarecer e intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural de modo a atender as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano.

O Graduado de Educação Física com Licenciatura em Educação Física deverá estar capacitado a atuar na Educação Básica e na Educação Profissional.

O campo de atuação do profissional de Educação Física é pleno nos serviços à sociedade na área da Educação Física, nas suas diversas formas de manifestações no âmbito da cultura e do movimento Humano intencional, através das atividades físicas, esportivas e similares, sejam elas formais e não formais tais como (ginástica, esporte, jogos, danças, lutas, artes marciais, exercícios físicos, musculação entre tantas outras). Este campo é delimitado pela capacidade profissional de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, do desporto e similares. Deverão, outrossim, ser consideradas as características regionais e os diferentes interesses identificados com o campo de atuação profissional.

2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências Gerais:

- **Atenção à saúde:** como profissional da área de saúde, dentro do âmbito da Educação Física, deve estar apto a desenvolver ações de prevenção, reabilitação, promoção e proteção da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. O profissional de Educação Física deve assegurar que sua prática seja realizada de forma segura, integrada e continua com as demais instâncias do sistema de saúde. Devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto de natureza individual como coletivo;
- **Atenção à educação:** o trabalho dos Profissionais de Educação Física no âmbito escolar deve estar norteado nos fins e objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos projetos pedagógicos de cada Instituição de Ensino e nas Políticas e Planos de cada localidade. A formação dos licenciados para atuar com a disciplina Educação Física deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.
- **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de Educação Física deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, de recursos humanos, de equipamentos, de materiais, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os profissionais devem possuir habilidades e conhecimentos atualizados para avaliar, sistematizar e decidir a conduta mais apropriada no seu campo de atuação;
- **Comunicação:** Os profissionais de Educação Física devem ser acessíveis e devem tratar com ética a confidencialidade das informações a eles confiadas na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve as diferentes formas de linguagem, a comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de tecnologias e informação;
- **Liderança:** No trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de Educação Física deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz no seu campo de atuação;
- **Planejamento, Supervisão, e Gerenciamento:** Os profissionais de Educação Física devem estar aptos a fazer o gerenciamento, administração e orientação dos recursos humanos, das instalações, equipamentos e materiais técnicos, bem como de informação no seu campo de atuação. Além disso, devem estar aptos a fazer planejamento e supervisão a partir da identificação de necessidades, e serem gestores de programas de atividades físicas e desportivas, treinamento esportivo, bem como, elaborar calendários de competições, orientar a compra, manutenção de equipamentos e instalações de prática esportiva e outras ações necessárias no sentido de otimizar ou maximizar o seu uso e garantir boas condições de segurança e conforto aos usuários;
- **Educação Continuada:** Os profissionais de Educação Física devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na área de formação quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais do campo da Educação Física devem aprender a aprender e ter responsabilidades e compromissos com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais em serviços.

Competências e Habilidades Específicas:

O graduado em Educação Física deverá:

- ter sólida formação nas áreas de conhecimentos que formam a identidade do curso, que o capacite para compreensão, análise, transmissão e aplicação dos conhecimentos da Atividade Física/Motricidade Humana/Movimento Humano e o exercício profissional em Educação Física com competências decorrentes das relações com a pesquisa e a prática social;
- estar capacitado para intervir em todas as dimensões de seu campo, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento da Educação Física e das práticas essenciais de sua produção e socialização e de competências técnico-instrumental a partir de uma atitude crítico-reflexiva;
- atuar em atividades físicas/motricidade humana/movimento humano, preocupado com o modo de aquisição e controle do movimento trabalhando fatores fisiológicos, psicológicos e sócio-culturais;
- ter como responsabilidade disseminar e aplicar conhecimentos teóricos e práticos sobre a Motricidade Humana/Atividade Física/ Movimento Humano, devendo analisar esses significados na relação dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente;
- ser conhecedor das diversas manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano/Motricidade Humana, presente na sociedade, considerando o contexto histórico-cultural, as características regionais e os diferentes interesses e necessidades identificados com o campo de atuação profissional com competências e capacidades de planejar, programar, coordenar, supervisionar, dirigir, dinamizar e executar serviços, programas, planos e projetos, bem como realizar auditorias, consultorias, treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas da atividade física, do esporte e afins;
- dominar um conjunto de competências de natureza técnico-instrumental, humana e político-social, nas dimensões que privilegiam o saber, o saber aprender, o saber pensar, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, para atuar nos campos identificados com as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano/Motricidade Humana;

O Profissional de Educação Física deverá possuir, também, competências técnico-científicas, ético-políticas, sócio-educativas contextualizadas que permitam:

- atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus beneficiários quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação;
- atuar em políticas e programas de educação, segurança e vigilância sanitária, visando a promoção da saúde em âmbito local, regional e nacional;
- compreender a política de saúde, de educação e de esporte no contexto das políticas sociais;

- atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primários e secundários;
- atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de educação, esporte e de saúde;
- realizar com proficiência a anamnese bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;
- dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza bio-psico-socio-ambiental subjacentes à prática do Profissional de Educação Física e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática do Profissional de Educação Física e na sua resolução;
- atuar na proteção e na promoção da saúde e na prevenção de doenças, bem como no tratamento e reabilitação dos problemas de saúde;
- conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnicos-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de saúde, educação e esporte;
- ter visão do papel social do Profissional de Educação Física;
- atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- responder às especificidades regionais de saúde, educação e esporte através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus beneficiários quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação como de comunicação;
- gerenciar o processo de trabalho na Educação Física com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando as especificidades dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde e trabalho;
- desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- respeitar e zelar pelos princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;
- interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
- participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de educação, esporte e saúde;
- assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde, educação e esporte;
- reconhecer o papel social do Profissional de Educação Física para atuar em atividades de política e planejamento em saúde, educação e esporte;
- investigar e aplicar conhecimentos com visão holística do ser humano integrando equipes multiprofissionais.

3. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares dos cursos de Educação Física serão guiados pelo critério da orientação científica, da integração teoria e prática e do conhecimento do homem e sua corporeidade, da cultura, da sociedade e da natureza e as possibilidades de interação desses conceitos que permitam a intervenção profissional. Eles deverão possibilitar uma formação abrangente para a competência profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e as especificidades da Educação Física.

Os conteúdos devem contemplar:

- **Conhecimentos Biodinâmicos da Atividade Física/Movimento Humano** (morfológicos, fisiológicos e biomecânicos).
- **Conhecimentos Comportamentais da Atividade Física/Movimento Humano** (mecanismos e processos de desenvolvimento motor, aquisição de habilidades e de fatores psicológicos).
- **Conhecimentos Sócio-Antropológicos da Atividade Física/Movimento Humano** (filosófico, antropológico, sociológico e histórico que enfocam aspectos éticos, estéticos, culturais e epistemológicos).
- **Conhecimentos Científico-Tecnológicos** (técnicas de estudo e de pesquisa).
- **Conhecimentos Pedagógicos** (princípios gerais e específicos de gestão e organização das diversas possibilidades de intervenções do profissional no campo de trabalho e de formação).
- **Conhecimentos Técnico-Funcionais Aplicados** (teóricos e metodológicos aplicados ao desempenho humano identificado com as diferentes manifestações da Atividade Física/Movimento Humano/Motricidade Humana).
- **Conhecimentos sobre a Cultura das Atividades Físicas/Movimento Humano** (diferentes manifestações da cultura das atividades físicas nas suas formas de jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas, lazer, recreação e outros).
- **Conhecimentos sobre Equipamentos e Materiais** (diferentes equipamentos e materiais e suas possibilidades de utilização na ação pedagógica e técnico científica com as manifestações de Atividade Física/Movimento Humano).

4. ESTÁGIOS, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E CONCLUSÃO DE CURSO

- **Estágios Curriculares:**

A formação do Profissional de Educação Física deverá garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente.

As Práticas Pedagógicas compreendem uma práxis que objetiva a melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do aluno, bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área. Estas práticas deverão ser inseridas nos conteúdos curriculares, desenvolvidas ao longo do curso e terão a carga horária fixada com base no Parecer/Resolução específica da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

O Estágio Profissional Supervisionado constitui um processo de transição profissional, que procura ligar duas lógicas (educação e trabalho) e que proporciona ao estudante a oportunidade de demonstrar conhecimentos e habilidades adquiridas e também treinar as competências que já detém sob a supervisão de um profissional da área. As atividades de estágio profissional supervisionado serão realizadas no final do curso.

- **Atividades Complementares:**

As atividades complementares deverão ser incrementadas durante todo o Curso de Graduação em Educação Física e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância.

Podem ser reconhecidos:

- Monitorias e Estágios;
- Programas de Iniciação Científica;
- Programas de Extensão;
- Estudos Complementares;
- Cursos realizados em áreas afins.

- **Trabalho de Conclusão de Curso:**

Para conclusão do curso de graduação em Educação Física, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

5. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Graduação de Educação Física deverá ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A aprendizagem deve ser interpretada como um caminho que possibilita ao sujeito social transformar-se e transformar seu contexto. Ela deve ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta à resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas.

As Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Educação Física deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso.

A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação.

O Currículo do Curso de Graduação em Educação Física poderá incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento da região.

Na organização curricular proposta pela IES, deverão ser assegurados os domínios do conhecimento identificador da área estabelecendo os marcos conceituais fundamentais do perfil profissional desejado, elaborar ementas, fixar a carga horária de cada disciplina e suas respectivas denominações, bem como enriquecer o currículo pleno, contemplando as peculiaridades regionais. Além disso, deverá ser observada a importância de incluir os conhecimentos já produzidos e emergentes na área dos portadores de necessidades especiais.

As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico deverão orientar o Currículo do Curso de Educação Física para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural, principalmente no campo da Educação Física.

O currículo do Curso de Educação Física deverá estimular a integração do curso com as atividades de pesquisa e de extensão como mediadoras da formação.

A organização do Curso de Graduação em Educação Física deverá ser definida pelo respectivo colegiado do Curso, que indicará a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

A organização curricular, deverá permitir o desenvolvimento dos cursos em ciclos ou áreas de formação geral e específica. Os ciclos ou áreas de formação, com distribuição equilibrada da carga horária total do curso, deverão estabelecer padrões de organização e a visão articulada das diferentes componentes temáticas dos conteúdos curriculares.

A estrutura do Curso de Graduação em Educação Física deverá assegurar:

- o ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Profissional de Educação Física, de forma integrada e interdisciplinar;
- a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constituem atributos indispensáveis à formação do Profissional de Educação Física;
- o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no Profissional de Educação Física atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;
- a contribuição para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.
- promover a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e ambientais;
- utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- propiciar a interação ativa do aluno com os beneficiários e profissionais de saúde, educação e esporte, desde o início de sua formação, proporcionando ao aluno lidar com problemas reais.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- A implantação e desenvolvimento das diretrizes do Curso de Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.
- As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo com referência as Diretrizes Curriculares.
- O Curso de Educação Física deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio

curso, em consonância com o sistema de avaliação definido pela IES à qual pertence.

II – VOTO DO (A) RELATOR (A)

A Comissão recomenda a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e do projeto de resolução do respectivo curso, na forma ora apresentada.

Brasília (DF), 3 abril de 2002.

Conselheiro Carlos Alberto Serpa de Oliveira – Relator

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão – Presidente

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo

Conselheiro Yugo Okida

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 3 abril de 2002.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**MINUTA DE RESOLUÇÃO****Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do
Curso de Graduação em Educação Física**

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES -----/2002, de de abril de 2002, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Sr. Ministro da Educação em ____ de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Educação Física definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de profissionais de Educação Física, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º - O Curso de Graduação em Educação Física tem como perfil do formando egresso/graduado em Educação Física, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício profissional com base no rigor científico e intelectual e pautado no princípio ético, devendo o aluno ser formado para estudar, pesquisar, esclarecer e intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural de modo a atender as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano (esporte, ginástica, musculação, danças, lutas, lazer, recreação e tantos outros) presentes na sociedade, considerando as características regionais e os diferentes interesses identificados com o campo de atuação profissional.

Art. 4º - A formação do graduado em Educação Física tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- I. **Atenção à saúde:** os graduados devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo e devem estar aptos a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- II. **Tomada de decisões:** ter capacidade de tomar decisões, visando ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de

práticas e de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

- III. **Comunicação:** manter a confidencialidade das informações confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.
- IV. **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- V. **Administração e gerenciamento:** os graduados devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- VI. **Educação permanente:** os graduados devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º - A formação do graduado em Educação Física tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- I. de natureza técnico-instrumental, para atuar nos campos identificados com as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Motricidade Humana.;
- II. de natureza técnico-científicas, ético-políticas, sócio-educativas contextualizadas que permitam:
 - atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
 - desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
 - estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
 - promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus beneficiários quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
 - desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação;
 - atuar em políticas e programas de educação, segurança e vigilância sanitária, visando à promoção da saúde em âmbito local, regional e nacional;
 - compreender a política de saúde, de educação e de esporte no contexto das políticas sociais;
 - atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primários e secundários;
 - atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de educação, esporte e de saúde;
 - realizar com proficiência a anamnese bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;
 - dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza bio-psico-socio-ambiental subjacentes à prática do Profissional de Educação Física e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática do Profissional de Educação Física e na sua resolução;

- atuar na proteção e na promoção da saúde e na prevenção de doenças, bem como no tratamento e reabilitação dos problemas de saúde;
- conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnicos-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de saúde, educação e esporte;
- ter visão do papel social do Profissional de Educação Física;
- atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- responder às especificidades regionais de saúde, educação e esporte através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus beneficiários quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação como de comunicação;
- gerenciar o processo de trabalho na Educação Física com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando as especificidades dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde e trabalho;
- desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- respeitar e zelar pelos princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;
- interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
- participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de educação, esporte e saúde;
- assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde, educação e esporte;
- reconhecer o papel social do Profissional de Educação Física para atuar em atividades de política e planejamento em saúde, educação e esporte;
- investigar e aplicar conhecimentos com visão holística do ser humano integrando equipes multiprofissionais.

Art. 6º - Os conteúdos curriculares dos cursos de Educação Física serão guiados pelo critério da orientação científica, da integração teoria e prática e do conhecimento do homem e sua corporeidade, da cultura, da sociedade e da natureza e as possibilidades de interação desses conceitos que permitam a intervenção profissional. Eles deverão possibilitar uma formação abrangente para a competência profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e as especificidades da Educação Física.

Os conteúdos devem contemplar:

- **Conhecimentos Biodinâmicos da Atividade Física/Movimento Humano** (morfológicos, fisiológicos e biomecânicos).

- **Conhecimentos Comportamentais da Atividade Física/Movimento Humano** (mecanismos e processos de desenvolvimento motor, aquisição de habilidades e de fatores psicológicos).
- **Conhecimentos Sócio-Antropológicos da Atividade Física/Movimento Humano** (filosófico, antropológico, sociológico e histórico que enfocam aspectos éticos, estéticos, culturais e epistemológicos).
- **Conhecimentos Científico-Tecnológicos** (técnicas de estudo e de pesquisa)
- **Conhecimentos Pedagógicos** (princípios gerais e específicos de gestão e organização das diversas possibilidades de intervenções do profissional no campo de trabalho e da formação).
- **Conhecimentos Técnico-Funcionais Aplicados** (teóricos e metodológicos aplicados ao desempenho humano identificado com as diferentes manifestações da Atividade Física/Motricidade Humana).
- **Conhecimentos sobre a Cultura das Atividades Físicas/Movimento Humano** (diferentes manifestações da cultura das atividades físicas nas suas formas de jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas, lazer, recreação e outros).
- **Conhecimentos sobre Equipamentos e Materiais** (diferentes equipamentos e materiais e suas possibilidades de utilização na ação pedagógica e técnico científica com as manifestações de Atividade Física/Motricidade Humana).

Art. 7º - A formação do profissional de Educação Física deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente.

Parágrafo 1º - As práticas pedagógicas compreendem uma práxis que objetiva a melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do estudante bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área. Estas práticas deverão ser inseridas dentro das disciplinas curriculares, desenvolvidas ao longo do curso e terão a carga horária fixada com base no Parecer/Resolução específica da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo 2º - O estágio Profissional Supervisionado constitui um processo de transição profissional, que procura ligar duas lógicas (educação e trabalho) e que proporciona ao estudante a oportunidade de demonstrar conhecimentos e habilidades adquiridas e também treinar as competências que já detém sob a supervisão de um profissional da área. As atividades de estágio profissional supervisionado serão realizadas no final do curso.

Art. 8º - As atividades complementares deverão ser incrementadas durante todo o curso as IES deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo aluno, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, podendo ser reconhecidos: Monitorias e Estágios; Programas de Iniciação Científica; Programas de Extensão; Estudos Complementares; Cursos realizados em áreas afins.

Art. 9º - O Curso de Graduação em Educação Física deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do aluno através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

Art. 10 - As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico devem orientar o Currículo do Curso de Graduação em Educação Física para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

Parágrafo 1º - A aprendizagem deve ser interpretada como um caminho que possibilita ao sujeito social transformar-se e transformar seu contexto. Ela deve ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta à resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas.

Parágrafo 2º - O Currículo poderá incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento dos setores saúde e educação na região.

Art. 11 - Na organização do Curso de Graduação em Educação Física será indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Parágrafo 1º - A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena deverá seguir os Pareceres CP/CNE 9/2001, CP/CNE 21/2001, CP/CNE 27/2001 e CP/CNE 28/2001 e Resoluções CP/CNE 1, de 18/2/2002 (ref.: Par CP/CNE 9/2001 e 27/2001), CP/CNE 2/2002 (Ref.: Par CP/CNE 28/2001) específicos do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo 2º - A organização curricular deverá assegurar o domínio do conhecimento identificador da área estabelecendo os marcos conceituais fundamentais dos perfis profissionais desejados, elaborar emendas, fixar a carga horária de cada disciplina e suas respectivas denominações, bem como contemplar peculiaridades regionais. Deverá, ainda incluir conhecimentos já produzidos e emergentes na área dos portadores de necessidades especiais.

Art. 12 - A estrutura do Curso de Graduação em Educação Física deverá assegurar:

- a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas desde o início do curso, de forma integrada e interdisciplinar;
- a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer;

- o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;
- a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.
- a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e ambientais;
- a utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- a interação ativa do aluno com os beneficiários e profissionais de saúde, educação e esporte, desde o início de sua formação, proporcionando ao aluno lidar com problemas reais.

Art. 13 - A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo 1º - As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência estas Diretrizes Curriculares.

Parágrafo 2º - As metodologias e critérios empregados para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior a qual pertence.

Art. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 3 de abril de 2002.

Arthur Roquete de Macedo
Presidente da CNE/CES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação		
RELATOR(A): Éfrem de Aguiar Maranhão		
PROCESSO(S) Nº(S):		
PARECER Nº: CNE/CES 583/2001	COLEGIADO CES	APROVADO EM: 04/4/2001

I - Relatório

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação tem, da **Lei 9.131**, de 1995, competência para “*deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação*”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei 9.394**, de dezembro de 1996, assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

O **Decreto 2.026**, inciso II do artigo quatro, de outubro de 1996, bem como no artigo 14 do **Decreto 2.306**, de 1997, estabelecem que as Diretrizes Curriculares são referenciais para as avaliações de cursos de graduação.

O Parecer **CNE/CES 776/97** estabeleceu orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e entre outras considerações assinala:

“Além do mais, os currículos dos cursos superiores, formulados na vigência da legislação revogada pela Lei 9.394, de dezembro de 1996, em geral caracterizam-se por excessiva rigidez que advém, em grande parte, da fixação detalhada de mínimos curriculares e resultam na progressiva diminuição da margem de liberdade que foi concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino” e destaca: *“Visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes curriculares devem observar os seguintes princípios:*

- 1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;*
- 2) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;*

- 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
 - 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
 - 5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
 - 6) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
 - 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.”*

O MEC/SESu também em dezembro de 1979 lançou **Edital 4** estabelecendo modelo de enquadramento das propostas de diretrizes curriculares tendo recebido cerca de 1200 propostas bastante heterogêneas que foram sistematizadas por 38 comissões de especialistas. Destaca-se a variedade em termos de duração dos cursos em semestres: de quatro até 12, e de carga horária, de 2000 até 6800 h.

O Plano Nacional de Educação, **Lei 10.172** de janeiro de 2001, define nos objetivos e metas: “... 11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem...”.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação decidiu adotar uma orientação comum para as diretrizes que começa a aprovar e que garanta a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares.

Portanto, é fundamental não confundir as diretrizes que são orientações mandatórias, mesmo às universidades, **LDB, Art. 53** :

“No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízos de outras, as seguintes atribuições:...II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes...” com parâmetros ou padrões –*Standard*– curriculares que são referenciais curriculares detalhados e não obrigatórios.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Tendo em vista o exposto, o relator propõe:

- 1- A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior.
- 2- As Diretrizes devem contemplar:
 - a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.
 - b- Competência/habilidades/atitudes.
 - c- Habilitações e ênfases.
 - d- Conteúdos curriculares.
 - e- Organização do curso.

- f- Estágios e Atividades Complementares.
- g- Acompanhamento e Avaliação.

Brasília-DF, 04 de abril de 2001.

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão - Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

**DOCUMENTO APRESENTADO NA MESA REDONDA SOBRE PREPARAÇÃO
PROFISSIONAL NA 54ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA
O PROGRESSO DA CIÊNCIA - GOIÂNIA (11 DE JULHO DE 2002)**

PROF. DR. IRAN JUNQUEIRA DE CASTRO

MEMBRO DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DA SESu/MEC - 1998 A 2002

**DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA**

O Conselho Nacional de Educação – CNE convocou, através do parecer da câmara de educação superior n. 776/97 a comunidade acadêmica vinculada ao ensino superior, para participar no processo de reforma curricular das várias áreas do conhecimento com o objetivo de apresentação de documentos de diretrizes curriculares nas respectivas áreas e que pudessem orientá-lo quanto às suas decisões finais.

Várias foram as críticas contidas no parecer 776/97 quanto aos currículos vigentes da época e que culminaram neste processo de reformulação curricular. As principais críticas contidas neste documento foram:: excessiva rigidez dos currículos advinda da fixação de mínimos curriculares, diminuição da margem de liberdade concedida às instituições, tempo demasiadamente longo para as conclusões dos cursos e falta de visão do nível de graduação como uma etapa do processo de formação continuada.

O Parecer apontava alguns princípios que deveriam nortear as diretrizes curriculares como, incentivar uma sólida formação geral permitindo tipos de aprofundamentos em um determinado curso, estimular e aproveitar como créditos concedidos, práticas de estudos independentes, encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário, fortalecer a unidade teoria-prática por meio de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Neste contexto, às comissões de especialistas da SESU/MEC, coube a tarefa de disparar uma discussão com suas comunidades acadêmicas e que culminasse em uma proposição final a ser apreciada pelo CNE.

No caso da Educação Física, teve-se como ponto inicial de referência a resolução do então Conselho Federal de Educação n. 03/87, que superou a

concepção de currículo mínimo vigente na época e criou na educação física a possibilidade da existência de bacharel e/ou licenciatura plena.

A comissão considerou que a referida resolução atendia em parte as orientações de reformulação curricular sugeridas, como por exemplo, à extinção do currículo mínimo, a inclusão de campos de conhecimento na formação profissional e a possibilidade de criação de curso de bacharel. entretanto, procurou também aprimorá-la considerando as críticas apresentadas durante os 12 anos de sua implementação.

O tempo entre as primeiras discussões e a proposta final de diretrizes curriculares foi de três anos. neste período, a comissão de especialistas enviou um documento balizador à todos os cursos de educação física de ensino superior, recebendo como retorno, sugestões de 28 instituições, algumas manifestações no centro esportivo virtual e críticas oriundas de palestras e reuniões em que membros da comissão participaram.

Diante das sugestões apresentadas, a comissão de especialistas destacou que alguns ajustes na resolução 03/87 precisariam ser feitos nas novas diretrizes curriculares, tais como: o inadequado entendimento do conceito de bacharel e a dicotomia da profissão provocada pelos títulos propostos, qual seja, de bacharel – campo profissional não escolar e licenciatura – campo profissional de educação escolar.

Quanto ao primeiro, a tradição da realidade brasileira e de outros países tem conferido o título de bacharel àqueles que concluíram uma etapa de formação básica e aplicada em um curso de graduação. Podendo-se citar como exemplo as graduações em química, física, biologia, direito, psicologia, entre outros. Nestes cursos, a licenciatura é vista como um aprofundamento profissional a partir da formação do bacharel.

No caso da educação física foi cometido um equívoco, idealizando ao bacharel um sentido particular como se fosse um aprofundamento em vez de caracterizá-lo como um generalista.

Quanto ao segundo ajuste, é de conhecimento de membros da área de educação física que muitos cursos possuem currículos conhecidos como “três em um”, propondo-se a uma formação de licenciado e de bacharel, mantendo-se, entretanto, uma mesma estrutura curricular e marco conceitual e conferindo dois títulos quase que ao mesmo tempo aos seus egressos.

O esporte como um extraordinário fenômeno sociocultural dos tempos modernos em conjunto com a importância que as sociedades contemporâneas têm dado às atividades físicas e sua contribuição na qualidade de vida tem levado a uma expansão e diversificação dos campos de atuação profissional em educação física nas dimensões educacionais, do lazer, do rendimento e saúde.

Nesta linha de raciocínio, o licenciado teria grandes dificuldades em adquirir uma sólida formação básica e específica para atuar em qualquer espaço profissional considerando que sua especificidade legal é a educação física no âmbito escolar. também o bacharel formado para atuar em um campo profissional não escolar requereria qualificações específicas diferenciadas.

Levando-se em consideração os argumentos anteriormente apresentados, é de se inferir que ao bacharel da área de educação física, também deveria haver subtítulos possíveis como treinamento físico, atividades físico-esportivas de lazer, aptidão física/saúde/qualidade de vida, dentre outras. caso contrário, ao licenciado caberia trabalhar na escola e ao bacharel em educação física caberia atuar em qualquer espaço de trabalho não escolar.

Na visão da comissão de especialistas, os currículos deveriam oportunizar ao estudante uma boa formação geral e uma sólida formação em nível de aprofundamento em um ou mais campos de aplicação profissional. a tentativa, foi de resgatar a integração da formação, conferindo um único título de conclusão de curso, isto é, o de graduado em educação física, com possibilidades de aprofundamento em função das demandas regionais e da qualificação do corpo docente da IES.

Assim, pretendia-se superar a dicotomia entre formação generalista ou especialista uma vez que reuniria em um mesmo currículo, uma consistente formação básica, ou seja, a dimensão generalista, com uma consistente formação em nível de aprofundamento, isto é, a dimensão especialista.

A versão final da proposta de diretrizes curriculares para a área contemplava a formação de um profissional com uma atitude crítico-reflexiva e em condições de esclarecer, intervir, profissional e academicamente no âmbito específico e histórico-cultural da educação física, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural.

Esta versão também apontava para um campo de atuação onde o profissional tivesse condições de organizar, planejar, administrar, avaliar e atuar pedagógica, científica e tecnicamente no contexto da cultura do movimento.

Os currículos plenos contemplariam dois tipos de conhecimento. o primeiro denominado como conhecimento identificador da área considerado como comum e necessário a qualquer campo de aplicação profissional e estruturado em níveis de formação básica e específica. A formação básica seria orientada por fundamentos científicos, de integração teoria e prática e do conhecimento do ser humano, da cultura e sociedade. A formação específica, por sua vez, seria guiada pelo estudo das diferentes manifestações clássicas e emergentes da cultura do movimento identificada com a tradição da educação física e do esporte.

O segundo tipo de conhecimento, denominado de conhecimento identificador do tipo de aprofundamento – cita, seria compreendido como o conjunto de competências específicas para o planejamento, execução e avaliação das ações do egresso, de acordo com o tipo de aprofundamento em um ou mais campos definidos de aplicação profissional.

Cada instituição de ensino superior, poderia propor um ou mais campos de aplicação profissional, a título de aprofundamento, bem como definir o elenco de disciplinas do currículo pleno, considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados.

Este trabalho terminou em maio de 1999 quando a comissão de especialistas entregou uma versão reformulada à SESU a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação.

Passados alguns meses, soubemos que a proposta já se encontrava no CNE de e que o relator seria o conselheiro Carlos Alberto **Serpa** de Oliveira.

Em várias tentativas feitas para saber da tramitação interna dada à proposta, tivemos informações de que o CNE estaria priorizando inicialmente a aprovação das diretrizes nacionais para a formação de professores para a educação básica para em seguida se dedicar às diretrizes das respectivas áreas do conhecimento.

Neste período, o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, começa a fazer contatos constantes com o conselheiro Serpa no sentido de apresentar alternativas de propostas àquela da comissão de especialistas.

Com a aprovação do Parecer n. 09/2001 que trata das diretrizes dos cursos de licenciatura plena, em maio de 2001, o CONFEF, imediatamente se pronunciou

formalmente às escolas de educação física do país, informando que com a promulgação do Parecer n. 09 a proposta da comissão de especialistas tinha ficado sem sentido.

Sem propor nenhuma discussão com comissão da SESU, o CONFEF imediatamente se coloca como intermediário e locutor entre as direções dos cursos superiores de educação física e o Conselho Nacional de Educação e dispara uma discussão em várias regiões do país através de fóruns regionalizados sobre o assunto.

No início do ano de 2002, 08 propostas distintas de diretrizes para a área são veiculadas na página do CNE.

A comissão de especialistas sempre teve dificuldades de se reunir com o **conselheiro Serpa** e em uma das raras oportunidades ocorrida **ele afirmou ser a proposta da comissão de especialistas a referência básica que balizaria o seu parecer no conselho pleno do CNE.**

Em adição, solicitou a um ex-membro da comissão da SESU, Prof. Hélder Resende adequações na proposta com objetivo de atender às novas exigências ocorridas pelo Parecer 09. o que foi atendido prontamente culminando em uma reformulada proposta e adequada às exigências legais.

Em abril do corrente ano, **com surpresa**, boa parte da comunidade profissional e científica da educação física, tomou conhecimento da aprovação do Parecer de n. 138/02 que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em educação física, pelo conselho pleno do CNE.

Vale destacar aqui, a **indignação** dos membros da comissão de especialistas, que verdadeiramente participaram desse processo de discussão, ocorrido ao longo de 06 anos uma vez que suas sugestões e propostas não foram contempladas no novo parecer. mais do que isto, sentiram-se **inúteis** e até certo ponto, **desmoralizados** frente às decisões tomadas pelo CNE.

O Conselho Nacional de Educação, que tem em nosso entendimento um papel relevante na normatização das questões da educação brasileira, precisa, assim, dar respostas às algumas perguntas que são fundamentais para dar a transparência e visibilidade aos fatos ocorridos:

Quem é ou são os autores desta proposta?

Por que o conselheiro Serpa, que representava o CNE, não se reuniu com a comissão de especialistas e tinha facilidade de se reunir com o conselho federal de educação física?

Por que o Parecer, em sua **página 2**, ressalta apenas a participação de diretores dos cursos de formação superior e o conselho federal de educação física como os verdadeiros e principais atores desse processo?

Por que as diretrizes curriculares da comissão de especialistas, tida como oficial da SESU, que tinha uma ampla aceitação dentro da comunidade da área, não foi contemplada em nenhuma de suas propostas?

Também, algumas questões no interior do parecer devem ser respondidas, tais como:

Que diretrizes são estas, que mais se assemelham a uma “colcha de retalhos” ou um “frankstein mal costurado e que retomam competências do profissional de educação física que há muito tempo já foram superadas”.

Quais são as consequências de se colocar o profissional de educação física como um agente do sistema de saúde? Será que queremos isso? Será que, em concordando com isso, estaremos novamente sob a tutela dos médicos, como, todos nós sabemos, ocorreu no século passado?

Deverá o profissional de educação física ter competências para atuar em políticas e programas de segurança e vigilância sanitária, visando a saúde?

Será que abranger, como preceitua o parecer, a educação física como campo da atividade física terapêutica, não é um retorno a tempos idos assim como uma imprudência e desrespeito às profissões que lidam com a reabilitação como é o caso da fisioterapia?

Atividade física, movimento humano, motricidade, corporeidade são objetos de estudo que, como é sabido, orientam concepções epistemológicas diferentes, deste modo, o parecer não explicita o porque estes conceitos de fundo formam considerados sinônimos.

Outras questões, não relacionadas com CNE, mas diretamente relacionadas com o futuro da profissão de educação física, também precisam ser respondidas:

Será que o CONFEF desejava, na verdade, medir forças com a Comissão de Especialistas e conseguir maior espaço político com as instituições de ensino superior?

Será que um distanciamento entre profissionais, entidades representativas e associações é saudável para a área?

Finalmente, gostaria de sugerir que deste debate, um documento possa ser elaborado ao CNE indicando as negativas consequências que possam ocorrer se a área não tiver um mínimo de aproximação quanto aos conceitos de fundo que possam balizar uma verdadeiramente representativa resolução de diretrizes curriculares para a área de educação física.

GOIÂNIA, 11 DE JULHO DE 2002